



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ - BREVES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

LÉLIA SUZANE MACHADO DA SILVA SALES

A política de assistência estudantil na UFRA-Campus Tomé-Açu/PA: um estudo sobre as contribuições para o acesso e a permanência com sucesso dos alunos em vulnerabilidade social

BREVES/PA
2023

LÉLIA SUZANE MACHADO DA SILVA SALES

A política de assistência estudantil na UFRA-Campus Tomé-Açu/PA: um estudo sobre as contribuições para o acesso e a permanência com sucesso dos alunos em vulnerabilidade social

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó - Breves.

Orientadora: Profa Dra Ana Maria Smith Santos.

BREVES/PA
2023

LÉLIA SUZANE MACHADO DA SILVA SALES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

-
- S163p Sales, Lélia Suzane Machado da Silva.
A política de assistência estudantil na UFRA-Campus Tomé-Açu/PA :
um estudo sobre as contribuições para o acesso e a permanência com
sucesso dos alunos em vulnerabilidade social / Lélia Suzane Machado da
Silva Sales. — 2023.
87 f. : il. color.
- Orientador(a): Profª. Dra. Ana Maria Smith Santos
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus
Universitário de Breves, Faculdade de Serviço Social, Breves, 2023.
1. Assistência estudantil. 2. Política de educação superior.
3. Vulnerabilidade social. I. Título.

CDD 320.6

LÉLIA SUZANE MACHADO DA SILVA SALES

A política de assistência estudantil na UFRA-Campus Tomé-Açu/PA: um estudo sobre as contribuições para o acesso e a permanência com sucesso dos alunos em vulnerabilidade social

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó - Breves.

Orientadora: Profa Dra Ana Maria Smith Santos.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito:

Banca Examinadora:

Orientadora: Profª Drª Ana Maria Smith Santos
CUMB-UFPA

Examinador Interno: Profº Dr. Eunápio Dutra do Carmo
CUMB-UFPA

Examinadora Externa: Profª Esp. Luce Mara Lobato dos Santos
UFRA

Primeiramente dedico este trabalho a Deus, pois Ele me iluminou com sabedoria e inteligência para concluir este curso. Dedico também a minha família por serem fundamentais para minha formação humana.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os sentimentos que preenche meu coração neste momento de finalização de mais um curso de graduação. Mas um dos mais importante é o sentimento de GRATIDÃO, pois tenho muito a agradecer. Agradeço primeiramente à Deus por agraciar-me com os dons da sabedoria e da inteligência, me dá saúde, força e coragem para eu conseguir superar todos os desafios e adquirir muitos conhecimentos, agradeço a Maria mãe Deus e nossa, por interceder por mim nessa caminhada.

Agradeço aos meus amados pais Lorival Fernandes e Maria Madalena por todo apoio que me proporcionaram antes e durante o período do curso, por sempre me darem força e sustentabilidade para eu nunca desistir. Agradeço imensamente por serem os melhores pais que eu poderia ter, pelo amor, carinho que me proporcionam todos os dias, sou muito grata por me apoiarem nessa caminhada. Agradeço minha querida e amada Vovó Esperança Machado por ser essa avó maravilhosa que com sua sabedoria contribuiu imensamente com minha educação, gratidão pelo apoio que sempre me proporciona.

Agradeço as minhas irmãs Laura Leandra e Lena Cecília por sempre estarem do meu lado, me dando suporte para vencer essa caminhada de formação. Agradeço a minha Madrinha (Dindinha) Esperança das Graças ao seu esposo Domingos e ao meu querido primo-irmão Jorge Tadeu por me proporcionar apoio, força e por estarem sempre me ajudando. Agradeço a minha Tia Márcia por ser essa tia maravilhosa que eu sempre posso contar e me dá incentivo. Agradeço ao Tio Candinho, Tia Joaquina, Tia Engrácia, primas: Maria Clara, Gleice, Edilene, Gabriela, Emanuele, Gabriel, Irís, Idia, Italo por serem sempre essas pessoas maravilhosas que sempre me apoiaram antes e durante essa trajetória acadêmica.

Agradeço ao meu amado Claudio Andenson por estar sempre ao meu lado, me dando força para continuar e conseguir concluir o curso. No início da jornada acadêmica Claudio Andenson era meu namorado e desde o início sempre me deu apoio, hoje é meu esposo e graças a Deus continua sendo essa pessoa maravilhosa na minha vida que me dá apoio e contribui para que eu finalize essa caminhada com sucesso.

Quero agradecer também a Diretora da Escola Nova Esperança II à qual eu trabalho, dona Ilaide Rodrigues, pois durante esses períodos de curso a mesma não mediu esforços para me ajudar com meus estudos, agradeço pela compreensão, empatia e apoio que me proporcionou nesses

períodos de formação profissional. Agradeço também a cada funcionário da Escola Nova Esperança II, pela compreensão que tiveram comigo durante essa trajetória e também por me ajudarem direta ou indiretamente. Agradeço a amiga Nilce e sua família, pois sempre me deram abrigo na sua casa e me apoiaram nos períodos de estágio supervisionado.

Agradeço a Dona Maria das Dores e seu esposo Adailton e seus familiares por me acolherem na sua casa e me proporcionarem apoio durante esses cinco anos de jornada em Breves, agradeço imensamente por serem essas pessoas maravilhosas que me deram suporte para eu conseguir superar os desafios e se tornaram minha família de Breves. Agradeço também ao mototáxi Lino por fazer as nossas corridas até o Campus e está sempre à nossa disposição nos momentos que precisávamos.

A minha colega de turma Lorena Caroline, que além de colega foi uma grande amiga, companheira e parceira nesses períodos de curso, agradeço imensamente por estar sempre comigo e conseguirmos chegar até aqui, pois sua parceria e companheiros me ajudou a superar as dificuldades e me deu coragem para seguir em frente. Na verdade, essa nossa trajetória de curso nos trouxe muitos desafios e conhecimentos e assim, se tornou uma grande amiga para mim. Quero agradecer ao amigo de turma Aleson Lopes por ser um ótimo estudante e um excelente parceiro de grupos de trabalho, agradeço por me ajudar nos trabalhos acadêmicos, contribuir com meus conhecimentos e pelos momentos divertidos de conversas paralelas. Agradeço a amiga Jaqueline Brito por esses últimos períodos ser parceira de trabalhos e ser aquela amiga que nos contagia com seu jeito leve de viver a vida.

Agradeço as minhas supervisoras de Campo de Estágio Ivanna Nascimento e Thaís Monik Leray da Silva por nessa fase de estágio terem disponibilizado a oportunidade de estagiar na área da educação, especificamente na área de assistência estudantil, assim como, agradecer todo o apoio e disponibilidade que me prestaram durante a realização dos mesmos, bem como todo o conhecimento e experiência que me proporcionaram.

Agradeço a minha orientadora Professora Dr^a Ana Maria Smith Santos, pelas informações, conhecimentos, apoio e toda a sabedoria que me transmitiu durante esse período de curso e pelas orientações para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, agradeço por ser uma essa pessoa maravilhosa tanto como profissional como pessoal. Gratidão também a todos os professores que nesses períodos contribuíram com minha formação profissional. Agradeço toda a equipe de profissionais que fazem parte da Faculdade de Serviço Social Campus Breves.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que participaram e contribuíram direta ou indiretamente com a realização deste trabalho e com toda a trajetória do curso de graduação.

Gratidão sempre a Deus por me dá à vida e a graça de alcançar mais uma conquista e vitória.

Muito OBRIGADA!!!!!!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como título: “A Política de Assistência Estudantil na UFRA-Campus Tomé-Açu/PA: Um Estudo Sobre as Contribuições para o Acesso e a Permanência com Sucesso dos Alunos em Vulnerabilidade Social”. A pesquisa é de cunho qualitativo, fundamenta-se no método do materialismo histórico dialético, a metodologia empregada foi: a revisão teórica- bibliográfica, a pesquisa documental e de campo realizada por meio da observação no período do Estágio Supervisionado e durante a elaboração do TCC, para contribuir com a pesquisa na coleta dos relatos dos interlocutores, foram utilizados os formulários eletrônicos destinados aos discentes que são atendidos pela política de assistência estudantil do Campus UFRA Tomé-Açu, bem como, para a profissional de Serviço Social que atua na Assistência Estudantil do referido Campus. Como problemática o estudo teve como base os questionamentos: “Quais contribuições do PNAES para ampliação dos direitos educacionais para o acesso e permanência no ensino superior aos alunos em vulnerabilidade social de Tomé-Açu?” “Quais efeitos esse programa proporciona para os discentes em vulnerabilidade social no sucesso e/ou rendimento na graduação?” O objetivo da pesquisa foi analisar a política de assistência estudantil na UFRA - Campus Tomé-Açu e suas relevâncias para o acesso, a permanência e o sucesso dos discentes de ensino superior. Foi utilizando referenciais teóricos como: Gomes (2011), Kowalski (2012), Lombardi (2008), Sampaio (1991), Saviani (2005), Maceno (2017) entre outros os quais discutem a temática. Também foram utilizado fontes da revista FONAPRACE, nas legislações nacionais e no decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Dessa forma, buscou-se materializar o objetivo do estudo, destacando a Assistência Estudantil e as contribuições para o acesso e a permanência com sucesso dos discentes em vulnerabilidade social, assim foi possível compreender que a assistência estudantil contribui consideravelmente para que discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham condições de permanecer no curso até a conclusão de sua formação acadêmica.

Palavras-Chave: Assistência estudantil; Política de educação superior; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This Course Completion Work is entitled: “The Student Assistance Policy at UFRA-Campus Tomé-Açu/PA: A Study on the Contributions to the Successful Access and Permanence of Students in Social Vulnerability”. The research is qualitative, is based on the method of dialectical historical materialism, the methodology used was: the theoretical-bibliographical review, the documentary and field research carried out through observation during the Supervised Internship period and during the elaboration of the Final Paper, to contribute to the research in the collection of the interlocutors' reports, electronic forms were used for students who are assisted by the student assistance policy of Campus UFRA Tomé-Açu, as well as for the Social Service professional who works in Student Assistance on the aforementioned Campus. As a problem, the study was based on the questions: “What contributions does PNAES make to expanding educational rights for access and permanence in higher education for socially vulnerable students in Tomé-Açu?” “What effects does this program provide for students in social vulnerability on success and/or performance in graduation?” The objective of the research was to analyze the student assistance policy at UFRA - Campus Tomé-Açu and its relevance for access, the permanence and success of higher education students. It was using theoretical references such as: Gomes (2011), Kowalski (2012), Lombardi (2008), Sampaio (1991), Saviani (2005), Maceno (2017) among others who discuss the theme. Sources from FONAPRACE magazine were also used, in national legislation and in the decree of the National Student Assistance Program. In this way, we sought to materialize the objective of the study, highlighting Student Assistance and contributions to the successful access and permanence of students in social vulnerability, thus, it was possible to understand that student assistance it contributes considerably so that students in a situation of socioeconomic vulnerability are able to remain in the course until the conclusion of their academic training.

Keywords: Student assistance; Higher education policy; Social vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Escola Ipitinga, onde começou a jornada acadêmica da UFRA-Campus Tomé-Açu.....	40
Figura 2 -	Sede atual do Campus UFRA Tomé-Açu.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Perfil dos participantes da pesquisa.....	51
------------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Onde residem os estudantes.....	52
Gráfico 2 -	Faixa etária de idade.....	53
Gráfico 3 -	Auto declaração de cor.....	53
Gráfico 4 -	Renda familiar.....	54
Gráfico 5 -	Forma de ingresso na universidade.....	56
Gráfico 6 -	Categoria de ingresso no Campus UFRA Tomé-Açu.....	57
Gráfico 7 -	Ações da assistência estudantil.....	59
Gráfico 8 -	Ações da política de assistência estudantil.....	61
Gráfico 9 -	Entraves na permanência do curso.....	64

LISTA DE SIGLAS

CONSUN - Conselho Superior Universitário

DAE - Diretoria de Assistência ao Estudante

DAES - Diretoria de Assistência Estudantil

DAIE - Diretoria de Assistência e Integração Estudantil

DISD - Diretoria de Inclusão Social e Diversidade

DPP - Divisão Psicossocial e Pedagógica

DPP - Divisão Psicossocial e Pedagógica

DRU - Diretoria do Restaurante Universitário

EAA - Escola de Agronomia da Amazônia

EAD - Educação à Distância

FCAP - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFS - Instituições de Ensino Superior

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PBP - Programa Bolsa Permanência

PCD - Pessoa Com Deficiência

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROAES - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROAES PROEX - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis

PROGES - Pró-Reitoria de Gestão Estudantil

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAEST - Superintendência de Assistência Estudantil

UDF - Universidade do Distrito Federal UDF

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	18
2.1	Um recorte da contextualização histórica da educação superior no Brasil.....	18
2.2	Marcos históricos da Assistência Estudantil no Brasil.....	24
2.2.1	Conceito de Assistência Estudantil.....	30
2.2.2	Vulnerabilidade Social no Ensino Superior.....	31
3	AS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO PARÁ: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO E DA AMPLIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	34
3.1	Universidades Federais no Pará.....	34
3.2	Contexto histórico da UFRA.....	38
3.2.1	Campus UFRA - Tomé-Açu/PA.....	39
3.3	Política de Assistência Estudantil na UFRA.....	42
3.3.1	Importância da Equipe Multiprofissional.....	44
4	UFRA - AS CONTRIBUIÇÕES PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA COM SUCESSO DOS ALUNOS EM VULNERABILIDADE SOCIAL.....	48
4.1	Metodologia e Pesquisa de Campo.....	49
4.2	Resultados – A Assistência Estudantil e suas contribuições para os discentes contemplados.....	50
4.2.1	Contribuições do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil do Campus UFRA – Tomé-Açu.....	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS.....	75
	APÊNDICE A - FORMULÁRIO DISPONIBILIZADO AOS DISCENTES.....	81
	APÊNDICE B – FORMULÁRIO DISPONIBILIZADO À PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL.....	85
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO (TCLE).....	86

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visou realizar reflexões sobre a política de assistência estudantil na UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia) Campus Tomé-Açu, além do que pretendeu estudar sobre as contribuições que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pode proporcionar para ampliação dos direitos educacionais dos indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo assim, procurou-se compreender as contribuições do Serviço Social que atua na execução dessa política na instituição de ensino superior.

A Política de Assistência Estudantil é uma temática bem relevante em instituições de ensino superior no Brasil, porém é uma questão que tem tido referências em experiências vividas e na obtenção de benefícios para os usuários da política. Assim, existem poucas produções científicas que abordem essa temática, por esta razão, a pesquisa pretendeu centrar-se em compreender a política de Assistência Estudantil desenvolvida no Campus Universitário de Tomé-Açu/PA da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Nesse sentido, o período de Estágio Supervisionado na área da educação superior na Política de Assistência Estudantil contribui para definição da temática de estudo, bem como, uma produção científica em artigo sobre o Assistência Estudantil no Campus da UFRA de Tomé-Açu de autoria minha e da supervisora de estágio foi relevante para a motivação da pesquisa.

A temática a ser abordada nos traz reflexões acerca da política em questão e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) permitindo a construção de conhecimentos baseados nos campos epistemológicos do Serviço Social, destacando um contexto de expansão do acesso da população historicamente excluída da Universidade, bem como as estratégias de permanência dos indivíduos nesses espaços.

É interessante compreender que a Assistência Estudantil caracteriza-se como um conjunto de ações que se propõe a diminuir as desigualdades sociais, com o objetivo de possibilitar a permanência e a formação acadêmica e profissional no nível superior (Moreira, 2021, p.12). Nesse sentido, o estudo permitirá compreender a política de educação superior como direito de todos, porém entende-se que não foi criada de forma universalizada e historicamente se estabelece em um processo de formação para o mercado com políticas fragmentadas baseadas na competição e na exclusão de uma parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi: “analisar a política de assistência estudantil na UFRA- Campus Tomé-Açu e suas relevâncias para o acesso, a permanência e o sucesso dos discentes de ensino superior”. Nessa perspectiva, os objetivos específicos foram: “compreender a política de educação no nível superior e as ações da assistência estudantil na instituição”; “analisar as contribuições do PNAES para a permanência dos discentes na Instituição”; “levantar e interpretar dados de como os auxílios do programa contribui para o sucesso e a diplomação dos discentes em situação de vulnerabilidade social”; e “evidenciar as contribuições do Serviço Social na execução da Política de Assistência Estudantil”.

Nesse sentido, a pesquisa possui uma relevância acadêmica não só para fins de um trabalho de conclusão de curso como também materializa os conhecimentos adquiridos no decorrer da graduação, bem como, traz debates a respeito da educação superior pública e a Assistência Estudantil como um direito social. A proximidade com a temática abordada se deu no decorrer das três fases de Estágio Supervisionado, os quais realizei na área de educação superior na Política de Assistência Estudantil da UFRA -Campus Tomé-Açu.

A relevância social da presente pesquisa pode se dar a partir da busca por conhecimentos referentes à Política de Assistência Estudantil com base nos questionamentos referentes à possibilidades e/ou contribuições para o acesso e a permanência de discentes em situação de vulnerabilidade social nos cursos superiores de universidades federais, visou ao mesmo tempo refletir quanto a importância do profissional de serviço social que atua nessa política. Portanto, fez-se necessária uma pesquisa que vislumbresse a Assistência Estudantil como um direito social que deve ser efetivado da melhor forma possível e destacar o campo sócio-ocupacional do serviço social na área da educação superior.

A pesquisa é de natureza qualitativa, os procedimentos metodológicos foram: de início a pesquisa exploratória, Gil (2002) nos diz que essa classificação de pesquisa objetiva proporcionar maior aproximação com o problema, tencionando a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Em seguida, foi necessária uma pesquisa de cunho bibliográfico, pois a mesma permite ao investigador uma gama de conhecimentos mais ampla, assim buscou-se fontes bibliográficas em: artigos, livros, periódicos de autores que pudessem contribuir com a compreensão da temática para proporcionar o embasamento teórico deste estudo.

A pesquisa documental foi escolhida, pois segundo Gil (2002), as fontes são mais diversificadas e dispersas, desse modo, buscou-se fontes em: relatórios de pesquisas, tabelas

estatísticas, esses tipos de fontes foram fundamentais para a análise das contribuições que o PNAES dispões para a permanência do discente na instituição.

Outra fase da pesquisa foi a de campo o que levou em consideração as observações feitas no decorrer do estágio, bem como a inserção em campo no decorrer da elaboração do TCC, concomitante ao último Estágio Supervisionado, tal metodologia objetivou recolher os dados por meio de alguns instrumentais como: o diário de campo com as informações do estágio supervisionado e acrescidas das anotações feitas durante a elaboração do TCC, bem como procurou trabalhar com o formulário produzido pela plataforma *Google Forms*.

A escolha do método da pesquisa pautou-se no entendimento que Maceno (2017, p. 116) aponta quando menciona “É justamente em uma sociedade de classes, mais especificamente no modo de produção capitalista, que o complexo da educação encontra sua forma mais sociabilizada de explicação até o momento existente”. Nesse sentido, a pesquisa se aprofunda em característica fundamentais do materialismo histórico e dialético método de Marx.

Saviani (1991) *apud* Lombardi (2008) diz que o sistema capitalista continua dominando as sociedades e Marx continua sendo a principal referência para compreender a situação atual. Dessa forma, enquanto o sistema vigente for o capitalismo e a questão das relações sociais não forem resolvidas o marxismo não será ultrapassado, pelo contrário o marxismo torna-se contemporâneo e continua na perspectiva de transformação social da ordem vigente.

A partir do materialismo histórico dialético, foi possível conseguir alcançar os objetivos expostos, em uma perspectiva de articulação entre teoria e prática e reflexão crítica. Portanto, pensar nesse método para pesquisa, faz-nos compreender que a educação como algo indissociável da sociedade e torna-se instrumento tanto para a manutenção da exploração da força produtiva quanto instrumento de transformação social para uma nova ordem societária e a política de Assistência Estudantil deve ser entendida “como uma política social permeada por contradições inerentes ao modo capitalista de produção, [...]” (Farias, 2021, p.24).

Portanto, as análises, dos dados, das leituras desse trabalho seguiram uma perspectiva de totalidade e reflexões críticas pautadas na teoria marxista, com a finalidade de contribuir com garantia de acesso dos sujeitos a seus direitos sociais, direcionando para uma educação emancipadora, de transformação social e que o ser humano seja compreendido na sua essência.

Nesse sentido, o primeiro capítulo da referida pesquisa traz alguns aspectos históricos da educação superior no Brasil, pois, compreende-se que historicamente a discussão sobre educação

acompanha o processo contraditório de lutas de classe, a partir disso, este capítulo tenta compreender o histórico da criação das universidades e da Política de Assistência Estudantil no Brasil.

Compreende-se Assistência Estudantil como um conjunto de políticas que tem o objetivo de garantir o direito dos discentes e a permanência ao ensino superior público, aprimorando as condições de acesso do estudante ao ensino até a conclusão do curso. Vale ressaltar que a Assistência Estudantil tem como objetivo desenvolver suas ações buscando proporcionar os acompanhamentos necessários para a formação profissional do indivíduo viabilizando recursos mínimos para a sobrevivência do acadêmico no período em que está vinculado na instituição, tais como: moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros, etc.

O segundo capítulo vem com uma discussão a respeito do contexto das Universidades Federais do Estado do Pará, conta com um breve histórico das quatro universidades federais existentes no Estado: Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), nesse contexto, buscou-se também fazer um breve debate de como é estruturada a Assistência Estudantil em cada uma dessas instituições.

Como o foco da pesquisa é a instituição UFRA, mais precisamente o Campus de Tomé-Açu, buscou-se aprofundar os estudos e os marcos históricos da instituição, bem como, o processo de fundação do Campus no município de Tomé-Açu. A UFRA, segundo o seu site oficial, é uma instituição que disponibiliza ensino de nível superior e tem o objetivo de promover uma política de educação voltada para o desenvolvimento regional e a sustentabilidade da Amazônia, visa também uma educação de ampliação a direitos sociais.

A partir dessa perspectiva, a pesquisa faz uma reflexão sobre a Política de Assistência Estudantil na referida instituição colocando em destaque o Campus Tomé-Açu, mencionado como é estruturada na instituição, bem como, seus objetivos, ações e serviços que desenvolve. Com isso, tornou-se necessário discutir um dos órgãos que faz parte da estrutura da Política de Assistência Estudantil na UFRA que é a Divisão Psicossocial e Pedagógica (DPP), a qual desenvolve os serviços e ações por meio da equipe multiprofissional. Em vista disto, buscou-se debater a importância da equipe multiprofissional, sendo que, no Campus de Tomé-Açu tem uma equipe composta por três áreas do conhecimento Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, dessa forma, foi possível enfatizar a atuação de cada profissional na política, dando o recorte para o profissional de

Serviço Social, qual foi possível observar sua atuação por meio do estágio e aplicação de um formulário.

No que se refere ao terceiro capítulo, será possível ver com mais detalhe a trajetória metodológica da pesquisa, bem como o resultado da pesquisa de campo realizada através de formulário aplicado a discentes matriculados nos cursos de graduação ofertados pela UFRA Campus Tomé-Açu e também formulário aplicado a profissional de Serviço Social. A pesquisa permitiu obter conhecimentos e percepções dos sujeitos envolvidos, bem como, responder a principal problemática do estudo.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, expondo as reflexões a respeito dos resultados alcançados no estudo, destacando as compreensões adquiridas no decorrer da pesquisa. Dessa forma, mencionar o entendimento pela ótica do serviço social sobre a assistência estudantil e sua relevância para vida acadêmica dos discentes que vivem em situação de vulnerabilidade social.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

2.1 Um recorte da contextualização histórica da educação superior no Brasil:

A Educação é a base fundamental dos direitos humanos e contribui significativamente para o desenvolvimento das sociedades nos aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais, sendo assim, a educação deve ser acessível a todos os seres humanos. Consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos no Artigo 26, disponível no Portal DHNET.

I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (Portal DHNET)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos destaca a educação como uma forma de direcionar o indivíduo para o desenvolvimento da sua personalidade como humano, bem como de

respeitar os direitos fundamentais para a dignidade. Desse modo, compreende-se que a educação é primordial para o ser humano.

Estudos mostram que antes de Cristo surgiu a primeira Universidade chamada de Alexandria e posteriormente foram criadas outras, mas com o conceito eurocentrizado de valorização do ensino, foi posteriormente considerado que a Europa seria o berço das universidades, criadas no período da Idade Média. No Continente Europeu as Universidades eram consideradas pelo clero e a burguesia fontes de apoio político, por volta de 1500 já haviam criado mais de cinquenta universidades na Europa. Segundo Verger (2001) *apud* Bortolanza (2017, p.5) o surgimento das primeiras universidades, na virada dos séculos XII e XIII, é um momento capital da história cultural do Ocidente medieval.

Na América Latina a criação das universidades começou a partir do século XVI e XVII tendo como referências as universidades europeias. No Brasil as primeiras Instituições de Ensino Superior (IFES) começaram a ser estruturadas no início do século XIX em 1808 com a chegada da Coroa Portuguesa, sendo assim, as origens e o desenvolvimento da educação superior no Brasil, pode-se considerar um acontecimento tardio comparado ao contexto europeu e latino-americano.

Desde a criação das primeiras instituições de ensino superior em 1808 até em 1934 o modelo de ensino foi voltado para a formação das profissões liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias (Sampaio, 1991). No Brasil, a criação de instituições de ensino superior, seguia esse modelo, com o objetivo de formar quadros profissionais para a gerência dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas e rejeitava qualquer papel educacional da Igreja Católica que fosse além do ensino das primeiras letras. (Sampaio, 1991, p.2)

Nesse contexto, o ensino superior brasileiro caminhava lentamente de acordo com a realidade social, política e econômica que a sociedade vivenciava, o foco principal era o ensino para a aquisição de um diploma profissional, o qual dava valor social ao cidadão e possibilidades no limitado mercado de trabalho existente na época. Esse sistema de ensino era limitado as profissões liberais. Sendo assim, no período Imperial (período que se estendeu de 1822 a 1889) foram criadas escolas de ensino superior, mas não teve criação de nenhuma universidade no Brasil. Os discursos sobre criação de universidades na sociedade brasileira perpassavam por debates em relação ao controle do Estado sobre educação, Sampaio (1991) destaca que os adeptos as ideias positivistas eram contra a criação de universidades e formavam uma forte corrente de oposição a esse projeto de implantação, para eles o governo brasileiro deveria limitar-se apenas a

educação básica.

Em um certo sentido, os positivistas conseguiram que suas posições prevalecessem ao longo de todo o século XIX e até as primeiras três décadas do século XX. O ensino superior não se organizou sob a forma universitária e seu formato continuou sendo o dos cursos voltados para a formação de profissões tradicionais. Mas a vitória dos positivistas era parcial (Sampaio, 1991, p. 6).

Sendo assim, as ideias positivistas influenciaram para que o sistema de educação superior no Brasil desde sua origem fosse voltado para uma educação limitada aos liberais. Soares destaca que “A influência do ideário positivista, no grupo de oficiais que proclamou a República, foi um fator que contribuiu, sobremaneira, para o atraso na criação de universidades no Brasil.” (Soares, 2002, p.26). Dessa forma, a partir da proclamação da república (1889) o Brasil passa a viver outro período da história marcado por grandes mudanças sociais, políticas e econômicas e a educação passa por esses processos de mudanças.

De acordo com Sampaio (1991) a Constituição da República descentraliza o ensino superior, que era restrito do poder central, aos governos estaduais, e consente a criação de instituições privadas, tendo como efeito imediato o aumento e a diversificação do sistema, assim, entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior foram criadas no país, na sua maioria de caráter privado. Mas foi no século XX, mais precisamente a partir da década de 1920, que o ensino superior no Brasil começou a se estruturar como universidades. Soares (2002, p.26) menciona que “A primeira universidade brasileira foi criada em 1920, data próxima das comemorações do Centenário da Independência (1922)”, chamava-se Universidade do Rio de Janeiro seu objetivo era voltado mais para o ensino do que a pesquisa.

A partir desse contexto o Brasil passa a vivenciar a Nova República (1930-1960) e várias universidades são criadas como a Universidade de São Paulo (USP) em 1934, a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, entre outras. Nesse período, o sistema de ensino superior começa a oferecer uma nova perspectiva a qual comporta a pesquisa como espaço para promover a difusão da ciência e desenvolver conhecimentos nas diversas áreas do saber.

No governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) criaram o Ministério da Educação e Saúde em 1930, no ano de 1931 foi instituído o Conselho Nacional de Educação e o Estatuto das Universidades Brasileiras, a partir dessas criações houve uma reforma no sistema de educação superior. Sampaio (1991) ressalta que essa reforma instituía que o ensino superior deveria ser ministrado em universidade, por meio de formações que fosse associada a faculdade de Educação,

Ciências e Letras. Compreende-se que neste período o Brasil passava por transformações sociais e a educação superior passou também por diversas mudanças e reformas no seu sistema de ensino.

Em 1934 Vargas decreta uma nova Constituição brasileira que visa princípios democráticos, liberdade e justiça, porém essa constituição durou apenas três anos, nesse período ainda foram criadas várias universidades no país e se instituiu os Conselhos Nacionais e Estadual de Educação. Com o fim do governo Vargas houve a promulgação de uma outra Constituição (1946) no governo de Eurico Gaspar Dutra, com essa nova constituição o sistema de ensino continuou a se desenvolver e as instituições se multiplicarem. Nesse período também começou-se a idealizar o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira o qual só foi para debates na Câmara Federal no início da década de 1960. As novas universidades se constituíram a partir de determinações de políticos, intelectuais de dentro dos setores burocráticos do Estado, nem sempre eram pessoas ligadas ao ensino superior, isso porque o objetivo sempre foi permanecer os modelos institucionais das antigas escolas com o interesse de atender uma limitada parte da sociedade com formações profissionais de cunho liberal.

Desse modo, ressalta-se que essas transformações ocorridas no início do século XX, não mudaram a concepção de educação superior brasileira, pois ainda permanecia com a perspectiva de atender os interesses das elites, dos conservadores, positivistas, liberais, ou seja, a classe burguesa de um país desigual e racista. Percebe-se que a educação acompanha um movimento antagônico de pensamentos dos quais Araújo e Cusati (2001, p.16) mencionam que no campo educacional nesse período havia duas linhas políticas contrárias a vertente liberal e a autoritária, os interesses liberais tinham uma visão elitista e convergia com os ideais da classe trabalhadora. Diante disso, percebe-se que a educação brasileira tem marcas históricas voltadas para uma educação que visava os interesses da classe elitizada, Saviani em seus escritos nos mostra esse processo contraditório da educação.

Em tal situação, a educação burguesa inevitavelmente teve de considerar a cultura superior como um privilégio restrito a pequenos grupos que compõe a elite da sociedade. No seu período revolucionário correspondente a fase de impulso criador, tal educação se destinou à formação de elites dinâmicas que impulsionaram o desenvolvimento das ciências, das letras, das artes e da filosofia. No seu período conservador, as expressões culturais burguesas tendem a fazer coexistir o rebaixamento vulgar da cultura para as massas com sofisticação esterilizadora da cultura das elites. É nesse quadro que cabe a entender a chamada crise atual da educação em geral, e do ensino superior, em particular. (Saviani, 2003, p. 191-193 *apud* Saviani, 2005, p. 233).

Seguindo o histórico do ensino superior no Brasil a partir de 1945, houve o desenvolvimento do sistema federal de ensino onde ocorreu a federalização de algumas universidades estaduais que foram instituídas na década de 30 e 40, com a ideia de que cada Estado do país deveria ter uma universidade federal (Sampaio, 1991, p.13). Entre 1946 à 1960 foram criadas dezoito instituições de ensino superior pública e dez privadas.

Com o intuito de amenizar a crise do capital do século XX, a classe burguesa acordou a reestruturação produtiva com o neoliberalismo¹, potencializando a liberdade de mercado agravando os compromissos com as necessidades humanas, com a finalidade de elevar as taxas de lucratividade, o que gerou retrocessos nos ganhos obtidos com relação aos direitos sociais, inclusive para a educação, a partir da globalização do capital. Nessa perspectiva, a educação é caracterizada como um lugar excelente para os processos de reestruturação produtiva. (Moreira; Bavaresco; Silva, 2021, p. 19).

Com o Golpe Militar em 1964² que perdurou até 1985, houve mudanças no cenário político, social e econômico do país, havendo também retrocesso no sistema de educação superior. Mas, em 1968 ocorreu o processo de outra reforma universitária com o objetivo de mudar o modelo tradicional de ensino superior, “Esta reforma propôs uma estrutura moderna, definindo a universidade como o modelo preferencial para a expansão do sistema de ensino superior, tendo por função o ensino, a pesquisa e a extensão” (Neves; Martins, 2014, p. 98), foi por meio da reforma que se institucionalizou a pós-graduação, bem como, acrescentou uma política de formação voltada para os recursos humanos com o objetivo de desenvolver a qualificação científica tecnológica nacional. Porém, esse novo modelo foi implantado em um contexto político muito autoritário em que as universidades viviam em constante vigilância militar, com isso, o novo modelo organizacional do ensino superior era bastante relevante as propostas dos movimentos estudantis, mas devido o contexto social, na prática funcionava de forma diferente.

¹ Harvey (2008, p. 9) nos diz que “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio”.

² Golpe Militar de 1964 – foi uma articulação golpista que tomou o poder político e instalou o regime de Ditadura Militar

A partir da década de 1970 expandiu-se a criação de universidades nos grandes centros do país, muitas delas no setor privado “Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas.” (Soares, 2022, p. 34). Dessa forma, o setor público manteve as universidades gratuitas com formações que relacionava ensino, pesquisa e extensão, o setor privado continuou com faculdades isoladas com formações de baixo custo destacando o seu ensino nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. No entanto, a expansão universitária, teve um lado desagradável, pois o sistema marcou características sociais, econômicas, geográficas e culturais profundamente desigual.

Porém, compreende-se que a universidade é uma instituição que tem um compromisso com a sociedade e tem função social de proporcionar conhecimentos e refletir as relações sociais, bem como, possibilita ver as diversas formas de leitura da realidade, Chauí (2003) menciona que a universidade é uma instituição social, a universidade pública tem um viés de diferenciação que reconhece a sua legitimidade e também acompanha as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade.

A Constituição Federal de 1988, foi um marco para a sociedade brasileira a qual pode-se garantir muitos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, com isso, na carta magna assegurou o ensino público gratuito em todos níveis, em seu Art. 207 afirma que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (p.96). A partir da promulgação da Constituição de 1988, surge discussões a respeito da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a qual foi aprovada na Câmara Federal no ano de 1996 sob o nº 9.394/96. Essa legislação assegura a gratuidade do ensino nas Instituições de Ensino Superior pública e assegura também as instituições de iniciativas privadas a ofertar ensino superior. No “Art.

45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.” (LDB, 2018, p. 32).

Dessa forma, a legislação trouxe inovações bem pertinentes para o sistema de ensino superior no país e foi definido via ações orçamentaria como seria o desenvolvimento do sistema, no Art. 55 da Legislação destaca, “Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.” (LDB, 2018, p. 38).

No início do século XXI, mais precisamente no governo de Luís Inácio Lula da Silva a partir do ano de 2003 o cenário político do país foi se modificando, e as propostas governamentais se aproximaram do ideário da classe trabalhadora, nesse contexto, houve a necessidade de ampliar o acesso ao ensino superior, sendo assim, criaram um programa de expansão universitária com o objetivo de expandir o ensino superior público federal, assim, ocorreram várias transformações, aprimorando as organizações acadêmicas, facilitando as formas de acesso por meio de políticas de inclusão social no ensino superior dos quais se destacam três iniciativas: políticas afirmativas, PROUNI (Programa Universidade para Todos) programa que disponibiliza bolsas integrais e parciais para cursos de graduação em universidades privadas e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) programa que financia cursos de graduação a estudantes que não tem condições socioeconômica de custear sua formação. Nesse período, houve também a expansão do sistema de pós-graduação.

Em síntese, compreende-se que a história do ensino superior no Brasil, assemelham-se com o histórico de dominação da classe burguesa a qual utilizava os privilégios e o sistema político estatal a seu favor, sendo assim, a educação superior brasileira, desde sua origem, perpassa por influências de cunho políticos e interesses da classe dominante, os quais limitam sua expansão e qualificação no atendimento pleno da população, pois é possível identificar marcos históricos de dominação que manteve por muito tempo a população mais abastada da sociedade longe do ensino superior. Dessa forma, o ensino superior brasileiro segundo Sampaio (1991) obedece às decisões tomadas na reforma de 1968, e atualmente é um sistema de ensino de massa, que necessariamente tende a uma pluralidade de forma e funções.

2.2 Marcos históricos da assistência estudantil no Brasil

Debates contemporâneos sobre Educação nos mostra que a educação não pode ser compreendida como uma dimensão estanque e separada da vida social, mas algo que está inserida na vida social e no contexto dos movimentos contraditórios que se dá o processo de lutas de classes e frações de classe, assim não se pode pensar em transformação social deixando de lado as perspectivas transformadoras por meio do processo revolucionário de educação (Lombardi, 2008).

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 a Educação é um direito fundamental e universal com o objetivo de formação para o exercício da cidadania com o compromisso de formação integral do ser humano e para emancipação social. Porém, o contexto cultural, político, econômico e histórico brasileiro a educação não tem sido um direito que todos os cidadãos tem acesso, apesar de estar preconizada nas legislações federais. A classe trabalhadora, pobre sempre esteve as margens do poder, as populações abastadas, em matéria de educação sofre com a falta de acesso, dessa forma, compreende-se que a educação é elitizada, antipopular e excludente.

No contexto, contraditório de lutas sociais que surge a criação das primeiras universidades em território brasileiro. Em vista disso, compreende-se que o direito à educação perpassa por uma trajetória histórica de avanços e retrocessos, e também as ações de assistência estudantil começam a ser desenvolvida. Com isso, necessita-se fazer um resgate histórico da Política de Assistência Estudantil no Brasil, a mesma começa a ser desenvolvida relativamente no final da terceira década do século XX. Assim como o processo de institucionalização das universidades a Assistência Estudantil acompanhou os processos marcados por contextos sociais de transformações.

De acordo com Kowalski (2012, p. 88) o nascimento da Assistência Estudantil no Brasil se deu no contexto do nascimento das universidades e essas marcas históricas perpassam por contextos sociais que estão em constantes processos de transformações.

Compreender a trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil é entender que esse processo de construção e desenvolvimento perpassou por diversos caminhos e acompanhou os processos de mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade brasileira, mas as ações que marcam esse processo histórico estão vinculadas à criação e instituição das universidades no Brasil. Nesse sentido, sua origem se deu no início do século XX com a criação da “Casa do Estudante Brasileiro” em Paris no ano de 1928 no governo de Washington Luís (1926 - 1930), com a finalidade de atender estudantes filhos de aristocratas brasileiros, ou seja, nesse período o objetivo da assistência estudantil era atender demandas da elite viabilizando materialmente seus estudos.

Souza (2017, p. 44) destaca que a referida Casa do Estudante foi Instituída pelo Decreto nº 5.612, de 26 de dezembro de 1928, contem em si subsídios da formação brasileira e seus condicionantes de intensa concentração de renda, distinção do acesso a bens e serviços e o próprio usufruto de direitos. Apesar de consistir em uma ação voltada para as elites, ela é peculiar no desdobrar da assistência estudantil, porque para muitos entendimentos a referida instituição não se

configurava como assistência ao estudante, pois atendia somente elite e o fator pobreza não constituía seu destinatário.

Nesse mesmo governo foi criada a “Casa do Estudante do Brasil” (1930) no Estado do Rio de Janeiro, contava com apoio de doações governamentais, na época oferecia apoio de moradia, alimentação, material escolar e assistência médica para os estudantes carentes e pessoas das comunidades que viviam em situação de vulnerabilidade social os quais se passavam por estudantes para usufruir dos benefícios tais como ter acesso ao restaurante popular.

No início da década de 1930 no governo de Getúlio Vargas (1930-1934) houve um processo de reforma educacional chamado de Francisco Campos em 1931 a qual tinha como medidas a criação do conselho nacional de educação e a estruturação do ensino secundário e comercial. Nesse contexto, ocorreu a promulgação do Decreto 1985/031, chamado de Lei Orgânica do Ensino Superior que tratava da estruturação das Universidades no território brasileiro, a organização no ensino superior e nesse cenário buscava-se institucionalizar a Assistência Estudantil.

A partir da promulgação desse decreto surgiu possibilidades para os estudantes participarem mais efetivamente de assuntos referentes as universidades por meio de representações coletivas. Segundo Silva e Carvalho a Assistência Estudantil com a Constituição de 1934 passou a ter mais recursos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1934, visualizou-se uma investida oficial em direção à institucionalização da assistência estudantil, cuja referência específica está expressa no artigo de nº 157 e seus respectivos parágrafos. Este dispõe que a União, os Estados e o Distrito Federal ficarão incumbidos de reservar uma parte dos seus patrimônios territoriais e da formação de fundos para a educação, sendo que, desses fundos, parte deverá ser aplicada em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. (2020, p. 5).

Assim, por meio dessa Constituição, do decreto, começou a nascer regulamentações para a Assistência Estudantil no Brasil, a qual oferecia apoio aos estudantes necessitados. Em 1937 continuando na perspectiva de mudanças na área educacional no país, o governo apoio a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com o objetivo de representar as causas dos estudantes. A UNE passa a ser uma entidade fundamental para os interesses estudantis e importante para a luta pela Assistência Estudantil no país. Dessa forma, na época a Casa do Estudante do Brasil tornou-se sede dessa entidade tendo o papel administrativo de promover as assistências disponível no momento.

Seguindo um contexto de transformações sociais no território brasileiro, em 1946 há promulgação da Constituição Federal que comprovam no seu “Art 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (Brasil, 1946). Nesse sentido, se estabelece a educação como direito de todos e a assistência estudantil passa a ser obrigatória em todos os níveis de ensino, segundo o “Art 172 - Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.” (Brasil, 1946). Vale ressaltar que esse importante avanço na educação e na assistência estudantil ocorreu no mesmo momento em que as universidades passavam pelo processo de federalização.

Outro acontecimento importante foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961 que traz em seus artigos aspectos relativos à assistência estudantil, de acordo com Kowalski (2012, p. 91) a LDB de 1961 “colocava a assistência estudantil como um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos os estudantes” no artigo 90 e 91 estabelecia assistência social, médica, bolsa de estudos gratuita aos estudantes. É importante mencionar que tais avanços ocorreram por meio das contribuições e atuação da UNE que no contexto levantava bandeira de luta pela reforma universitária e pelos direitos estudantis.

Em 1964 o Brasil passa a ser governado por regime militar, nesse período histórico de repressão social e ditadura quem tinha mais acesso à educação era a elite brasileira, ou seja, a camada social rica. Também nesse período foi criado pelo governo militar em 1970 a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) era um órgão ligado ao Ministério da Educação que tinha como objetivo manter uma política de assistência pra estudantes, dando destaque para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico. Contudo, o DAE foi abolido nos governos subsequentes (Kowalski, 2012).

A DAE implantou programas de assistência ao estudante tais como Bolsa de Trabalho, Bolsa de Estudos, esses programas disponibilizavam recursos para custear os estudos e disponibilizava oportunidade para o exercício profissional. “O primeiro programa institui bolsas de estudos para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. Os denominados “estudantes carentes de recursos”, na condição de trabalhadores ou dependentes destes, fariam jus a bolsas de estudos.” (Crosara; Silva; Oliveira, 2020, p.23). Vale ressaltar que a Bolsa de Trabalho era uma assistência que priorizava estudantes carentes de recursos financeiros, inseria os estudantes em atividades laborais em órgãos públicos e privados.

O programa Bolsa Trabalho fazia parte da proteção social, com características de políticas focalizadas, garantia a permanência de estudantes vulneráveis, porém ao mesmo tempo os penalizava, pois além de suas situações socioeconômicas tinham obrigações de se submeter ao mundo do trabalho, Crosara, Silva e Olivera (2020) ressaltam que os estudantes não carentes, não tinham obrigações de exercer as atividades laborais e não sacrificavam suas formações acadêmicas.

As lutas e conquistas por uma política de assistência estudantil no Brasil foram ganhando mais espaço e os avanços ocorreram, apesar da sociedade estar vivendo um contexto de repressão social. Kowalski (2012, p. 92) diz que: “No final da década de 1970 e início de 1980, o governo passou a efetivar ações relacionadas à política de assistência estudantil, todavia, sua maior preocupação girava em torno de políticas que abrangessem o ensino fundamental e médio.” Desse modo, em 1983 foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante com a função de garantir a permanência de estudantes do pré-escolar até o segundo grau disponibilizando alimentação escolar, material didáticos, bolsas de estudos, depois que a fundação se extinguiu em 1997 repassou suas atribuições para Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Compreende-se que as discussões sobre a assistência estudantil ganham mais espaços nos encontros nacionais de assuntos estudantis e nas instituições de ensino superior federal, várias são as mobilizações para debater o acesso e a permanência dos discentes nos espaços universitários, dessas mobilizações em encontros regionais e estaduais criou-se em 1987 o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) que defendia a ideia de constituir espaços fundamentais para a organização, mobilização para redemocratização do ensino superior a democratização do acesso a permanência dos discentes.

No entanto, essas discussões ganham mais força a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Estudo de Kowalski (2012, p. 93) aponta que a Constituição de 1988:

[...]além de buscar a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos, também contemplavam o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão. Embora esse documento não abordasse especificamente a educação superior é a partir dele que se começam a aprofundar as discussões referentes ao acesso e à permanência nas universidades.

Desse modo, a partir da Carta Magna de 88 o governo passa a ter mais atenção e responsabilidade ao fornecimento de recursos que contribui para o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior e nessa direção a política de assistência estudantil também passa para

uma fase em que as lutas pelos direitos dos estudantes se intensificam. Porém, na década de 1990 houve limitações no financiamento das instituições de ensino superior e nos recursos para a assistência estudantil, nessa década os governantes se negavam a disponibilizar recursos para política Kowalski (2012, p. 94) aponta que “Isso se evidencia por meio da promulgação da LDB de 1996, a qual registra no artigo 71, inciso IV a desresponsabilizada do Estado com o financiamento para assistência estudantil.” Esse cenário de limitações de recursos perdurou por alguns anos, mas mobilizações dos movimentos sociais em prol da assistência foram fundamentais para que o governo voltasse suas responsabilidades com a educação, o acesso, a permanência dos discentes e investisse em programas de assistência estudantil.

Nessa perspectiva, dentro de um cenário de disputas sociais, novas mudanças fortaleciam as políticas públicas com marcas significativas na área educacional. Assim, a política de assistência estudantil a partir dos anos 2000 passa a ser considerada política pública de direito e em 2007 promulgou-se o Decreto nº 6.096/2007 instituiu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sua finalidade era a criação de condições para aumento do acesso e garantias de permanência aos discentes no ensino superior no nível de graduação, bem como o melhoramento e aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Silva, Carvalho, 2020). Vale destacar que em 2007 também foi aprovado o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) que era um documento com portaria normativa do MEC (Ministério da Educação) que destinava recursos para a assistência estudantil sendo iniciativa do FONAPRACE e em 2010 no Governo Lula o PNAES passou a ser um Programa por meio do Decreto Lei nº 7.234 de 9 de julho de 2010, estabelecendo critérios para a implantação da política de assistência estudantil nas instituições de ensino superior. Portanto, é possível compreender, até aqui, que os marcos históricos da política de assistência estudantil no Brasil seguem um caminho pendular, contudo passa por características que vislumbram a constitucionalização e legalização da assistência estudantil, bem como também passa por um viés de focalização, estigmatização da política e pela ausência de direitos de ter o acesso à educação. Dessa forma, no decorrer dos tempos até os dias atuais

A assistência estudantil ganha espaço na materialização do direito à educação justamente por ser um importante mecanismo de garantia de permanência e conclusão da educação superior, na medida em que promove aos estudantes economicamente vulneráveis melhores condições no percurso universitário. (Crosara; Silva; Oliveira, 2020, p.34).

Sendo assim, a assistência estudantil, é um dever constitucional com a finalidade promover os princípios democráticos de direitos civis, democratizando o acesso e permanência de estudantes nas instituições de nível superior e minimizando as desigualdades sociais.

2.2.1 Conceito de assistência estudantil

Compreende-se que a Assistência Estudantil no Brasil é resultado de lutas sociais e sua materialização não é algo estanque, mas foi uma conquista para que o discente possa alcançar a cidadania e minimizar as desigualdades sociais. Nesse sentido ao conceituar Assistência Estudantil remete-se a uma política que tem o objetivo de garantir o direito à educação, preconizado na Constituição de 1988.

O FONAPRACE (2012) destaca a política de assistência estudantil como um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a inserção de ações que viabilize a garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos discentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com a finalidade que visa a inclusão social, formação expandida, construção de conhecimentos, melhoria nas condições de vida e no desempenho acadêmico, na perspectiva de desenvolver ações que diminua as situações de evasão ou repetência decorrentes de ausência de recursos financeiros.

A Assistente Social Maria de Fátima Oliveira (UFU) reforça que “a Assistência Estudantil nas IFES Brasileiras deve ser entendida como uma política essencial no contexto da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Isto porque a perspectiva de inclusão social possibilita aos estudantes de baixa condição socioeconômica a participação nas atividades acadêmicas em condições de igualdade aos demais estudantes, na medida em que o atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte são oferecidos enquanto assistência básica na dimensão dos direitos sociais”. (FONAPRACE, 2012, p. 63)

Nesse sentido, a assistência estudantil é fundamental para o processo de consolidação do direito à educação, pois as profundas desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira impactam diretamente o acesso, a permanência do cidadão ao querer usufruir do direito à educação superior. Contudo, é interessante compreender que a assistência estudantil caracteriza-se como um conjunto de ações que se propõe a diminuir as desigualdades sociais, com o objetivo de possibilitar a permanência e a formação acadêmica e profissional no nível superior (Moreira, 2021, p.12).

Nessa perspectiva, estudo de Vasconcelos (2012), aponta ainda que:

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. (Vasconcelos, 2012, p. 107).

Sendo assim, essa política compreende ações que busque desenvolver as necessidades educacionais dos indivíduos proporcionando recursos mínimos para contribuir no acesso, na permanência e na formação dos discentes que vivem situações e vulnerabilidade socioeconômica. Souza (2017) menciona que pelo menos em tese a assistência estudantil é uma política que tem como alvo oferecer a todos os discentes a igualdade para o desenvolvimento acadêmico, promovendo o bem-estar, qualidade de vida, fomentando seu senso crítico, para assim seus conhecimentos voltarem em prol da sociedade.

Dessa forma, diante do contexto social onde as desigualdades sociais aumentam a cada dia, a questão de renda ainda atinge a maior parte da população brasileira, com isso, a assistência estudantil na área educacional torna-se um viés para minimizar as desigualdades sociais e alterar o quadro de exclusão no ensino superior brasileiro, apesar de compreender que é uma política que está inserida em uma estrutura de relações sociais de contradições que envolve interesses antagônicos.

Um dos critérios para ter o acesso aos benefícios financeiros da Assistência Estudantil é a situação de vulnerabilidade socioeconômica que o discente vive, assim, fez-se necessário debater a respeito do conceito de vulnerabilidade social que é um conjunto de aspectos, condições relacionadas com a exclusão social e negação de direitos sociais que um indivíduo ou grupo passar.

2.2.2 Vulnerabilidade social no ensino superior

Compreende-se que a Política de Assistência Estudantil visa uma perspectiva de educação como direito de todos e configura-se como um conjunto de ações que busca minimizar as desigualdades socioeconômicas com o compromisso de formação integral dos indivíduos. Com isso, um dos marcos mais importante dessa política foi a criação do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) é um instrumento importante para o desenvolvimento das ações da

assistência estudantil e foi institucionalizado por meio do Decreto nº 7.234 de 2010. É uma conquista para os discentes de ensino superior público e se configura como um instrumento de proteção social sendo um programa destinado a atender estudantes das redes federais de ensino que se encontram em situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Na concepção de viabilizar direitos, sem negar a desigualdade social essa política permite conhecer o conceito de vulnerabilidade social, pois é um dos critérios para ter acesso aos benefícios da assistência estudantil. Sendo assim, Kowalski nos seus estudos destaca que:

a concepção de vulnerabilidade, na perspectiva social, condiz com os segmentos populacionais desprovidos da estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais oriundas do Estado, do mercado e da própria sociedade. Em suma, traduz a insuficiência de recursos e oportunidades para um dado grupo social em acessar as políticas sociais e, assim, possibilitar níveis de bem-estar que possam amenizar a deterioração das condições de vida dos sujeitos (Kowalski, 2007 *apud* Kowalski, 2012, p. 97).

Assim, vulnerabilidade social pode ser compreendida como um conjunto de fragilidades que afeta a vida do ser humano dificultando o acesso as necessidades básicas tais como: emprego, renda, educação, habitação dentre outras. “Neste sentido, a vulnerabilidade social está relacionada à menor capacidade de um indivíduo, família ou grupos sociais enfrentar situações de risco, por exemplo, frente ao desemprego, à precariedade do trabalho e à falta de proteção social.” (FONAPRACE, 2021, p.40). Portanto, pode-se entender que vulnerabilidade social é uma situação em que determinado indivíduo ou família se encontram em processo de exclusão e não tem acesso aos direitos fundamentais do ser humano, tal situação se dá pela falta de responsabilidade do Estado em efetivar os direitos civis preconizados nas legislações federais e mundiais, com isso, ocasiona a desigualdade socioeconômica na sociedade.

Desse modo, compreende-se que a vulnerabilidade socioeconômica é um dos critérios de avaliação para a concessão de auxílios estudantis nas universidades federais do país. Percebe-se que o Brasil é uma nação marcada por diversas desigualdades sociais que impedem muitos indivíduos de ter seus direitos sociais garantidos dentre eles a educação é um direito fundamental que todo o indivíduo perante a lei tem o direito de acessar, pois a educação é o alicerce do desenvolvimento econômico, político e social é a ferramenta fundamental para diminuir as desigualdades e a criminalidade.

Porém, é notório discorrer que o cenário brasileiro é marcado por desigualdades sociais como já mencionado e um dos entraves que dificulta o acesso e a permanência de indivíduos que

vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior pública é a questão dos cortes orçamentários para as universidades federais.

Os ataques políticos às Universidades Públicas, associados aos grandes cortes nos seus orçamentos, têm sinalizado para um cenário de extremas dificuldades para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, tanto pelo lado da manutenção da estrutura de funcionamento das unidades, como pelo grave impacto sobre as ações de assistência estudantil, que garantem condições mínimas de participação e aprendizagem de nosso corpo discente. (Rossi; Tude, 2021, p. 4).

Nesse sentido, compreende-se que os cortes orçamentários das universidades públicas afetam diretamente o desenvolvimento de atividades acadêmicas e os recursos destinados a assistência estudantil. Com baixo investimento do Estado na educação superior se torna um dos entraves para que a população menos favorecida acesse o seu direito a educação, e também mesmo tendo o acesso há dificuldades para a permanência até a conclusão do curso, estes desafios se veem aprofundados com corte orçamentário que afetam diretamente a política de assistência estudantil, pois impactam a questão dos recursos que viabiliza auxílios aos discentes mais vulneráveis. É notório mencionar que esses cortes orçamentários foram formas encontradas para desvalorizar as instituições públicas de ensino superior com objetivo de privatiza-las e com isso, aniquilar às universidades federais, atacando o ensino público de forma negacionista.

É válido destacar que os cortes orçamentários nas universidades federais brasileiras se mostram mais graves nos últimos três anos, no qual em 2020 o país evidenciou uma crise sanitária alarmante decorrente da pandemia COVID-19, em vista disso, a educação superior pública precisou de recursos para adaptar formas de ensino e aprendizagem para os discentes pudessem estar com a vida acadêmica ativa mesmo em situação de pandemia, pois nesse contexto a vulnerabilidade da comunidade estudantil se acirrou cada vez mais. A escassez de recursos resultou na restrição de acesso à universidade pública, bem como, dificultou a permanência de estudantes advindos de populações mais vulneráveis.

Nesse sentido, é importante que as políticas de viabilização de acesso e permanência de estudantes sejam mantidas nas universidades federais e que o Estado cumpra sua responsabilidade em manter devidamente os recursos orçamentários necessários e suficientes para atender a população brasileira e assim promover a inclusão daqueles que sempre foram excluídos da sociedade.

3 AS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO PARÁ: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO E DA AMPLIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo tratará inicialmente da criação e da ampliação das universidades públicas federais paraenses e, ao, mesmo tempo a sua importância para oportunizar o ensino superior e suas políticas de assistência estudantil, após segue apresentando o contexto da criação da Universidade Federal Rural da Amazônia.

3.1 - Universidades Federais no Pará

As universidades brasileiras advêm de contextos históricos que marcam a criação das instituições de ensino superior no país. Estudos mostram que a presença de universidades no território brasileiro, desde o início, se concentrou nos grandes centros urbanos das regiões sul, sudeste e centro-oeste. A primeira universidade foi criada no Estado do Rio de Janeiro em 1920, mas só a partir da década de 1950 que essas instituições de ensino foram instituídas nas regiões norte e nordeste do país.

Nesse contexto, a universidade tinha características que dispunha ensino restrito e privilegiado, sendo assim, a dificuldade de acesso ao ensino superior público se materializou como fator que impedia a população mais abastada da sociedade de acessar a educação superior. Apesar dessa configuração de instituição de ensino, com muitas lutas políticas e sociais foram se expandido instituições nas capitais regiões metropolitanas do país.

Nessa perspectiva, foram criadas as Universidades Federais no Estado do Pará a partir da década de 1950. A primeira universidade federal criada no Estado foi a UFPA (Universidade Federal do Pará) em 02 de junho de 1957 instituída pela Lei nº 3.191 no governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Reis (2019), menciona que essa instituição começou a funcionar em 1958, porém só no ano seguinte que houve a inauguração oficial.

Segundo Reis, a criação da UFPA não só representou a concentração de conhecimentos,

Sob o ponto de vista modernizador, a criação da UFPA está situada em um contexto de grande anseio desenvolvimentista e nacionalista do governo federal voltado para as fronteiras do Brasil, em especial a Amazônia, região com baixa densidade demográfica, com centros urbanos distantes uns dos outros. A universidade passa a assumir o papel de centro irradiador da civilização e progresso através das ciências (Reis, 2019, p. 82).

Sendo assim, a instituição foi criada no período desenvolvimentista do país e na época a região amazônica estava com muitos conflitos políticos, sociais e econômicos, a universidade foi um instrumento para levar a educação superior e a pesquisa da região amazônica desenvolvendo integração regional, nacional e internacional, com isso, a UFPA teve o papel de levar conhecimentos aos povos amazônicos minimizando as barbáries que vivenciavam no momento.

Segundo Gomes (2011, p. 63) “[...] suas atividades de ensino pesquisa e extensão, de uma forma ou de outra, contribuem significativamente com o desenvolvimento da Amazônia e do País, a partir do momento em que se expande para o cenário nacional atingindo o espaço internacional”. Desse modo, atualmente a UFPA segue os três pilares pesquisa, ensino e extensão do nível superior, conforme informação extraída do site da instituição, segue um resumo dos *Campus*: possui 12 *Campus* (Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí), oferece cursos de graduação na capital e no interior do Estado, oferece também cursos de pós-graduação. Na extensão, a universidade apresenta ações direcionadas a prestação de serviços, nesse quesito, destaca-se a Política de Assistência Estudantil que dispõe de ações e serviços nos programas que viabilizam auxílios financeiros aos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. (Universidade Federal do Pará, 2022).

Posteriormente, foram criadas outras universidades federais tais como: UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia), UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) e a UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará). A UFRA é uma instituição de ensino superior pública federal, que segundo seu site, teve sua trajetória histórica iniciada com a Escola de Agronomia da Amazônia (EAA) em 1951, porém só em 2002 que a instituição passa a ser universidade por meio da Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002, a UFRA possui cursos de graduação distribuídos nos seis (6) *Campus*: Belém (sede da instituição); Capanema; Capitão Poço; Paragominas; Parauapebas e Tomé-Açu. (Universidade Federal Rural da Amazônia, 2022).

A UFOPA foi criada em 05 de novembro de 2009, Gomes destaca que:

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), criada pela Lei nº 12.085/2009, com natureza jurídica autárquia, vinculada ao MEC, com sede e foro no Município de Santarém, Estado do Pará. Tem por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. (Gomes, 2011, p.65)

Nesse sentido, segundo Gomes, essa instituição visa prestar serviços à sociedade, promover o desenvolvimento regional, contribuir com as diversas áreas do conhecimento, atender as populações de grupos menos favorecidos da sociedade, bem como respeitar a diversidade étnica racial, cultural e biológicas dos indivíduos (Gomes, 2011). A UFOPA possui 7 (sete) *Campus*: Santarém (sede da instituição); Alenquer; Itaituba; Juruti; Monte Alegre; Óbidos e Oriximiná.

Por último o governo federal deliberou a criação de mais uma universidade federal no Estado do Pará que foi a UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará). Segundo o site oficial da instituição a UNIFESSPA foi criada pela Lei Federal 12.824 dia 05 de junho de 2013, a sede da instituição se localiza no município de Marabá e contém *Campus* em Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu e Xinguara, a mesma disponibiliza cursos de graduação, pós graduação, a UNIFESSPA “visa sempre universalizar a educação pública de qualidade”. (UNIFESSPA, 2022).

No que se refere a política de assistência estudantil nas universidades federais pode-se compreender que nas universidades do Estado Pará cada instituição tem instituído um setor responsável para trabalhar os serviços de assistência estudantil, esses setores precisam ser compostos por profissionais qualificados que assumam as responsabilidades das ações, serviços e atividades da assistência ao estudante nas universidades e nos seus referidos Campus.

Desse modo, na UFPA o setor responsável pela Política de Assistência Estudantil é a SAEST (Superintendência de Assistência Estudantil) é um órgão integrante da Reitoria e auxiliar da Administração Superior da Universidade Federal do Pará (UFPA). Cabe à SAEST apoiar, acompanhar e avaliar a política de assistência, integração, inclusão, acessibilidade e permanência dos discentes da UFPA, em acordo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). (SAESTE – UFPA, 2012).

O Relatório Anual de Atividades Exercício 2021, destaca que a missão da SAEST é: “Promover, executar e avaliar as Políticas de Assistência Estudantil e Acessibilidade garantindo a inclusão e a permanência com êxito dos discentes da UFPA, visando o respeito a diversidade e a redução das desigualdades” (p.11). Com isso, compreende-se que na UFPA a assistência estudantil tem o objetivo de desenvolver as ações que contribua com a permanência e diplomação dos discentes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Vale ressaltar que cada Campus da referida instituição tem o órgão SAEST com os respectivos profissionais para tratar os serviços da política.

No caso da UFRA o setor responsável por assuntos estudantis é a PROAES (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) é um setor da Administração Superior responsável pela política de assistência estudantil a qual desenvolve ações institucionais para proporcionar o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso dos estudantes dos cursos de graduação. (Menezes Neto, 2022, p.8).

A UFOPA desenvolve as ações da política de assistência estudantil por meio da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) que foi criada em abril de 2014 com o objetivo estimular, apoiar, orientar e acompanhar, o discente, em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória estudantil, sempre articulando estratégias com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e Órgãos Suplementares. Além do mais, realiza as ações afirmativas de permanência nas áreas social, psicológica, pedagógica e esportiva, em vista do bom desenvolvimento acadêmico. (UFOPA - PROGES, 2022).

Já na UNIFESSPA a assistência estudantil tem um setor chamado Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE) vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX) esse setor tem a missão de apoiar, promover a permanência do discente até a conclusão da graduação, as ações e os serviços estão de acordo com os objetivos do PNAES.

Portanto, vale ressaltar que as Universidades Federais do Estado do Pará cada uma no seu respectivo órgão institucional trabalha os serviços e ações da política de assistência estudantil, todas tem como base o PANES que é um programa que visa minimizar as desigualdades sociais e ampliar as condições de permanência dos acadêmicos na educação superior federal, viabilizando a igualdade e o acesso a direitos sociais assegurados na constituição de 1988.

Dessa forma, os serviços da assistência estudantil são voltados para o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação, na maioria das instituições e seus *campis* são desenvolvidas por uma equipe multiprofissional que atende as demandas dos discentes. Sendo assim, é interessante discutir o contexto e a realidade da UFRA, que é o foco desta pesquisa de conclusão de curso de graduação.

3.2 Contexto histórico da UFRA

A criação de universidades no Brasil é marcada por contexto históricos de lutas que teve início nas primeiras décadas do século XX. Assim, o histórico da UFRA advém de uma antiga instituição de ensino superior nas áreas agrárias. O Projeto Pedagógico Institucional da UFRA destaca que:

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), como sucessora da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), é a mais antiga Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região e tem como grande preocupação a preservação da Região Amazônica, assim como sua exploração racional. A Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP foi criada em 1951 como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), quando oferecia apenas o Curso de Graduação em Agronomia. (PPI, 2022, p. 13)

Nesse sentido, a referida instituição perpassou por diversos decretos de criação de novos cursos de graduação, cursos de pós-graduação, ampliação de parcerias institucionais, com isso, a instituição cresceu de forma bem significativa e sua trajetória de ensino superior em ciências agrárias despertou o interesse da comunidade universitária em sugerir transformar a instituição FCAP em UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia). “O pedido de transformação foi sancionado pelo Presidente da República através da Lei Nº 10.611, de 23 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 24/12/2002.” (PPI, 2022, p. 14).

Desse modo, esse processo de transformação trouxe para UFRA muitos avanços e conquistas, com isso, desenvolve seus trabalhos em conformidade com as legislações exigidas passando a ter “[...] ESTATUTO, REGIMENTO GERAL, PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL, PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANO ESTRATÉGICO, concebidos a partir de processos democráticos e participativos, [...]” (PPI, 2022, p. 14). A UFRA viabiliza seus serviços de educação superior baseados no princípio constitucional que rege a educação superior (Ensino, Pesquisa e Extensão).

Segundo o site da instituição, a UFRA é uma instituição que oferece ensino superior com o objetivo de formar profissionais qualificados, com a reponsabilidade social de produzir conhecimentos e compartilhar com a sociedade, contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, valorizando o meio ambiente em benefício do bem-estar social, assim, essa instituição tem o papel de garantir a dignidade e a inclusão social no ensino superior, desenvolvendo ensino e

aprendizagem com a finalidade de formar profissionais cidadãos capacitados para contribuir no desenvolvimento da sociedade. A instituição traz consigo os princípios institucionais que são: estimular a criação cultural, formar profissionais cidadão, desenvolver pesquisa, promover a extensão (PPI, 2022). A UFRA também tem o papel como instituição garantir direitos sociais individuais e coletivos.

Dessa forma, ao assumir uma responsabilidade política-educacional a UFRA reconhece a necessidade de expansão institucional nas regiões do Estado com o objetivo de favorecer o ensino superior no interior do Pará compartilhando conhecimentos e promovendo a sustentabilidade da Amazônia. Vale ressaltar, que a instituição oferta 43 cursos de graduação sendo 42 na modalidade presencial e 1 na modalidade EAD.

Nesse contexto, a UFRA se expandiu com a criação de 6 (seis) *Campis*, um Campus sede em Belém Capital do Estado e outros cinco no interior do Estado os quais são: Campus no município de Capanema, Capitão-Poço, Parauapebas, Paragominas e Tomé-Açu. Cada Campus, possui uma estrutura administrativa legal que assume os compromissos de desenvolver uma política-educacional de qualidade e sucesso.

A UFRA desenvolve anualmente suas atividades com o objetivo de cumprir sua missão institucional divulgada no site, que em resumo: tem a finalidade de prosseguir o planejamento estratégico institucional. Procura desenvolver os seguintes serviços: cursos de graduação e pós graduação; ações de extensão; projetos de extensão; processos seletivos; auxílio financeiro pelo programa PNAES; serviços veterinários; serviços bibliotecários; acessibilidade e inclusão, entre outros.

3.2.1 Campus UFRA - Tomé-Açu/PA

Em consulta ao site da Prefeitura Tomé-Açu é um município do Estado do Pará, de acordo com a legislação foi criado oficialmente como município no dia 1º de setembro de 1959 pelo governador Luis Geolás de Moura Carvalho, fica localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense. Em vista disso, de que a UFRA visa expandir sua política-educacional para as Mesorregiões do Estado o município de Tomé-Açu foi contemplado com um Campus Universitário da Universidade Federal Rural da Amazônia.

No que se refere ao Campus de Tomé-Açu, no seu site é possível ver que, foi estabelecido no ano de 2013 com o objetivo de proporcionar formação qualificada em diversas áreas de conhecimentos para essa mesorregião do Nordeste Paraense.

Inicialmente a jornada acadêmica do Campus começou no ano de 2014 ofertando os cursos de Ciências Contábeis e Administração, como ainda não tinha sede própria o Campus funcionava na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipitinga, logo no primeiro semestre de 2015 foram ofertados mais três cursos que foram: Engenharia Agrícola, Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Letras –Língua Portuguesa.

O site do Campus de Tomé-Açu também apresenta o propósito de sua criação que foi a intenção de investir na formação profissional, tendo em vista as mudanças sociais que se manifestam no Estado do Pará, assim como na região Amazônica. Nesse sentido o Campus propõe um espaço de produção de conhecimentos que estabeleça relação com as peculiaridades da região, com isso dá oportunidade de formação qualificada, disponibilizando novas competências e habilidades por meio dos cursos ofertados, aliando conhecimentos teóricos a conhecimentos práticos.

Tendo a necessidade de ter uma sede própria do Campus e assim atender as demandas, o Campus Tomé-Açu se justifica em constituir seu próprio prédio e assim foi feito, e no dia 04 de janeiro de 2017 houve a mudança para a própria sede do Campus que foi inaugurada em abril de 2017.

Figura 1 – Escola Ipitinga onde começou a jornada acadêmica da UFRA Campus Tomé-Açu



Fonte: Ascon/UFRA

Figura 2 – Sede atual Campus UFRA Tomé-Açu



Fonte: Retirado site da UFRA, autor: Jussara Kishi, 2018.

Segundo o site da instituição o Campus conta com uma área de 8,9 hectares na qual foram construídos quatro prédios (Blocos Acadêmicos), com um total de 15 salas de aula, 10 laboratórios multifuncionais, 01 laboratórios de informática, biblioteca e salas administrativas. Atualmente oferta 05 cursos regulares, e 01 através do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), a saber: Engenharia Agrícola, Licenciatura em Biologia, Ciências Contábeis, Administração, Licenciatura em Letras- habilitação Língua Portuguesa, Letras- habilitação em LIBRAS (PARFOR).

No período em que desenvolvi o estágio foi possível perceber que o Campus de Tomé-Açu tem uma boa estrutura física que dispõe de espaços, equipamentos e instrumentos adequados para a realização dos seus serviços, dispõe também de uma boa estrutura em recursos humanos, destacando um excelente quadro de profissionais que atuam nos diversos serviços do Campus desde o porteiro, zelador, segurança até os técnicos e docentes.

3.3 Política de Assistência Estudantil na UFRA

Compreende-se Assistência Estudantil como um conjunto de políticas que visa garantir o direito dos discentes a permanência ao ensino superior público, melhorando as condições de acesso do estudante ao ensino até a conclusão do curso. (Moreira, 2021). Com o objetivo de inclusão dos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, disponibilizando

condições para que os mesmos possam participar das atividades universitárias de forma igualitária e concluir os cursos de graduação e pós-graduação com sucesso.

Desse modo, debates sobre o tema assistência estudantil, advêm de um contexto de lutas dos movimentos sociais e estudantis, Fernandes (2012, p. 111) menciona em sua obra a esse respeito que “a partir do entendimento, dos agentes envolvidos (movimentos estudantis, movimentos sociais, Estado), de que as manifestações da desigualdade social adentram os espaços universitários, esses agentes se mobilizam visando superar tal questão”. Sendo assim, compreende-se que a assistência estudantil no Brasil é resultado de lutas sociais e sua materialização não é algo estanque, mais algo que foi conquistado para que o indivíduo alcance a cidadania e minimizar as desigualdades sociais.

Vale ressaltar, que a assistência estudantil é uma ação primordial para usufruto ao direito à educação, foi criada com estratégia de garantir que a população excluída tenha acesso e permanência à educação superior, pois com a ampliação da educação a assistência estudantil amplia suas ações de forma que o foco se volta para a permanência dos discentes.

Nesse sentido, a UFRA para cumprir seu compromisso institucional, responsabiliza-se com uma identidade baseada na responsabilidade social, sendo assim, uma dessas responsabilidades é com a assistência estudantil das quais visa valorizar os princípios da instituição.

As políticas de gestão da Ufra, portanto, tem como objetivo a sua responsabilidade social, pautada na relação institucional com as demais políticas de ensino, pesquisa e extensão; como a de instalar um processo de gestão interligado com todas as dimensões da universidade, como: Comunicação com a sociedade; Ação Afirmativa de Defesa dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-racial; Educação do Campo; Educação Inclusiva; Assistência Estudantil para Permanência e Êxito em todos os cursos da Ufra; Sustentabilidade e Internacionalização (PPI, 2022, p. 41). (*sic*)

Cada uma dessas dimensões da universidade de responsabilidade social possui seus serviços e estratégias para executar suas ações de forma que promova o desenvolvimento da política-educacional da instituição.

No que se refere a assistência estudantil compreende-se que é um direito social, que deve ser executada com o objetivo de atender as necessidades básicas dos estudantes, bem como minimizar as desigualdades sociais e garantir o acesso e a permanência dos discentes nas instituições de ensino superior. É relevante destacar que na UFRA a política de assistência estudantil é vinculada a Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) a qual tem uma estrutura organizacional e institucional para gerenciar os serviços e ações que a política oferece.

O Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis 2021 (2022) menciona que a PROAES foi instituída pelo Conselho Superior Universitário (CONSUN) pela resolução nº 60 de 28 de junho de 2013, com o papel de suprir uma necessidade que se externaliza na sociedade moderna.

Com a democratização do ensino superior muitos indivíduos entraram na Universidade, porém, alguns entraves sociais, pedagógico, econômico, psicológico, entre outras, dificultam o processo de formação acadêmica dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica. Assim, a PROAES tem como missão proporcionar igualdade de oportunidades, oferecendo estrutura capaz de subsidiar a formação acadêmica, pessoal, social, afetiva e profissional do discente. (Relatório Geral da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2021, 2022, p. 11)

Desse modo, no mesmo relatório há a indicação de que a PROAES tem como compromisso executar programas, projetos, pautados na política de assistência estudantil desenvolvendo serviços que promovam a igualdade de direitos dos indivíduos, viabilizando meios que assegurem o acesso democráticos dos serviços da política, assim, busca promover uma educação que visa a emancipação do ser humano.

As ações da PROAES atendem as demandas sociais, psicológicas, pedagógicas e de saúde, desenvolvendo os serviços de modo estratégico para promover a permanência do discente na universidade, proporcionando a formação acadêmica profissional ao estudante e exercendo seu direito de cidadão. Dessa forma, a PROAES objetiva a democratização das condições de permanência do discente na universidade e diplomação em tempo regular, colaborando para a melhoria da vida acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação presenciais da UFRA. (Relatório Geral da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2021, 2022).

A PROAES desenvolve ações com programas como PNAES que foi institucionalizado por meio do Decreto nº 7.234 de 2010 e dispõe dos objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Brasil, 2010)

Sendo assim, visa a democratização do acesso e permanência dos discentes nos cursos de nível superior com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais que podem

comprometer a permanência e diplomação dos discentes que vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desse modo, desenvolve os serviços de concessão de auxílios financeiros aos estudantes que estão regulamente matriculados na instituição e que se enquadram no perfil exigido pelo programa. Disponibiliza auxílios tais como: moradia estudantil, transporte, alimentação, creche, pedagógico, auxílio emergencial, kit PCD, auxílio inclusão digital, bolsa esporte, bolsa acadêmica, auxílio restaurante universitário, auxílio saúde.

Também viabiliza serviços do Programa Bolsa Permanência que é um programa que segue os princípios do PNAES, concede auxílios financeiros, porém é voltado para o atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos) e possui recursos de valor diferenciado por conta das suas especificidades com relação a sua organização social e suas comunidades.

A Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis possui um regimento interno que determina uma estrutura organizacional: Diretoria de Assistência Estudantil – DAES; Diretoria do Restaurante Universitário – DRU; Diretoria de Inclusão Social e Diversidade – DISD. Cada uma dessas diretorias tem suas sub sessões que dividem os trabalhos da política de assistência estudantil.

Dentro da DAES está a Divisão Psicossocial e Pedagógica (DPP) da UFRA que é composta por equipes multiprofissionais das áreas da Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, vale ressaltar que cada Campus da UFRA possui uma equipe com profissionais dessas três áreas. Em vista disso, torna-se necessário evidenciar a importância da equipe multiprofissional nos Campus da referida instituição de ensino superior, pois é essa equipe que desenvolve as ações e serviços da assistência estudantil.

3.3.1 Importância da Equipe Multiprofissional

Compreende-se que a equipe multiprofissional faz parte da Divisão Psicossocial e Pedagógica (DPP) da UFRA, segundo site da instituição seus objetivos estão voltados para a cumprimento das responsabilidades que a política de assistência estudantil dispõe como: os projetos, programas ações com intuito de democratizar o acesso ao ensino, criar estratégias socioeducativas e culturais que promovam o desempenho acadêmico, diminua a evasão e favoreça permanência dos discentes até a conclusão do curso.

Assim como nos outros *Campis* da UFRA, o Campus de Tomé-Açu a responsabilidade de executar os serviços e ações da política de assistência estudantil é da equipe multiprofissional composta por: uma Assistente Social, uma Psicóloga e um Pedagogo. Esses profissionais trabalham de acordo com as atribuições e competências de cada profissão. De acordo com a Resolução de nº. 500, de 02 de dezembro de 2022 do CONSAD (Conselho Superior de Administração) na Subseção I diz:

Art. 18 À Divisão Psicossocial e Pedagógica é a unidade administrativa responsável por coordenar, supervisionar e executar programas voltados ao atendimento das demandas da Assistência Estudantil da UFRA, objetivando zelar e fortalecer os aspectos sociais, emocionais e psicológicos do discente de graduação e apoia-los ao bom desempenho acadêmico, com o objetivo de reduzir a taxa de evasão. (p.7)

Desse modo, a Divisão Psicossocial e Pedagógica possui uma equipe multiprofissional que tem atribuições para executar os serviços da política de assistência estudantil através do acolhimento e acompanhamento dos estudantes por meio do atendimento psicológico, pedagógico e do serviço social, tendo a função de desenvolver a promoção, prevenção, informação, orientação e atender as demandas espontâneas ou encaminhadas dos discentes da instituição.

Nesse sentido, destaca-se que a equipe multiprofissional nas suas atribuições executa ações do PNAES das quais são:

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

3.3.1.1 - moradia estudantil;

3.3.1.2 - alimentação;

3.3.1.3 - transporte;

3.3.1.4 - atenção à saúde;

3.3.1.5 - inclusão digital;

3.3.1.6 - cultura;

3.3.1.7 - esporte;

3.3.1.8 - creche;

3.3.1.9 - apoio pedagógico; e

3.3.1.10 acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Brasil, 2010)

Vale ressaltar, que as ações de assistência estudantil na UFRA, de modo geral, são organizadas por meio de projetos e programas que na maioria das vezes são materializados por editais específicos de acordo com os recursos financeiros advindos do governo federal através do

PNAES.

De acordo com observações em campo de estágio supervisionado foi possível perceber que no Campus de Tomé-Açu os editais para auxílios financeiros são para concessão de algumas ações do PNAES tais como: Auxílio transporte; Auxílio moradia; Auxílio pedagógico; Auxílio creche; Auxílio Esporte; Ajuda de custo para participação em eventos e Auxílio emergencial. Assim, pode-se compreender a concessão de algum desses auxílios para os discentes contemplados é muito importante para sua permanência no curso, pois em observação entendeu-se que esses benefícios na maioria das vezes é a única fonte de renda que o estudante possui para se manter estudando.

No Campus de Tomé-Açu também há editais do Programa Bolsa Permanência (PBP) segundo Nascimento e Silva (2020) é um programa do governo federal, vinculado ao Ministério da Educação (MEC) é integrado ao PNAES visa disponibilizar auxílios financeiros a discentes de comunidades tradicionais como: quilombolas³, indígenas, ribeirinhos. Nascimento e Silva (2020) destacam que na referida instituição até o ano de 2019 havia apenas discentes quilombolas atendidos pelo PBP, pois até esse referido ano não havia matrículas de discentes indígenas.

É interessante destacar uma reflexão de Nascimento e Silva que debate o PBP na UFRA Campus Tomé-Açu de discentes que ingressaram no programa até o ano de 2019.

Observa-se que no Campus Tomé-Açu os discentes quilombolas que são atendidos pelo PBP, vivenciam situação de vulnerabilidade socioeconômica estando mais propícios, que outros estudantes, ao processo de evasão. Por isso entende-se que o recebimento deste auxílio tem um papel fundamental para que este público tenha condições materiais mínimas de concluir o curso de graduação em igualdade de condições aos demais estudantes da Universidade. (2020, p. 2796).

Nesse sentido, compreende-se como as ações da política de assistência estudantil contribui para a permanência e diplomação de estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. É importante compreender que o PBP como uma ação da assistência estudantil possibilita a inserção, a permanência e a conclusão de curso de estudantes economicamente vulneráveis advindos de populações étnicas que historicamente sofrem com as desigualdades sociais.

³ Quilombolas – “Os quilombolas são assim reconhecidos como grupos de povos e comunidades tradicionais. Portanto, são considerados como “culturalmente diferenciados”, e possuidores de uma forma de organização social que abrange o modo de ser tradicional e toda ancestralidade que os fizeram chegar a tal patamar. Quando se fala em quilombola refere-se diretamente ao território, pois é o espaço de identidade, resistência e cultura de um povo que ao longo do tempo procurou estabelecer metas direcionadas àquilo que lhe foi tirado a muito tempo atrás. Os quilombos ainda hoje vivem em processo de auto identificação demonstrando sua força através da união, potencializada pelos laços de irmandade que nos unem enquanto quilombolas” (Santos, 2019, p. 28)

É notório mencionar que cada instituição federal de nível superior tem a possibilidade de definir os critérios e a metodologia para selecionar os discentes para a concessão dos auxílios, no entanto, deve-se levar em consideração que os aspectos socioeconômicos são fundamentais para o processo de seleção, pois é um dos critérios que possibilita a permanência do discente, bem como, o apoio pedagógico e psicológico são essenciais para complementar o acesso, a permanência e o bom desempenho acadêmico.

De acordo com a organização da DPP os profissionais da equipe multiprofissional atuam diretamente no atendimento das demandas dos discentes nos Campus, visando o acompanhamento e desempenho na vida acadêmica dos discentes. Assim os profissionais atuam em diversos aspectos, a área pedagógica no seu campo de atuação se responsabiliza por orientações pedagógicas a respeito dos estudos, organização de disciplinas, lidar com as tarefas acadêmicas, prestar atendimento aos discentes que necessitam melhorar o desempenho acadêmico.

No que se refere a área da Psicologia, o profissional atua com atendimentos das demandas individuais aos estudantes que necessitam de acompanhamento profissional, quando necessário encaminha o usuário para o atendimento que necessita, desenvolve atividades socioeducativa na área da psicologia.

O serviço social está presente na política de educação superior atuando na assistência estudantil com o objetivo de lutar pela qualidade de educação e garantir o acesso dos indivíduos a seus direitos sociais, bem como fazer reflexões críticas a respeito da realidade social em que se vive. Com isso, o profissional de serviço social na referida política é direcionado a realizar seus serviços direcionados aos processos de seleção dos discentes para a concessão dos benefícios financeiros, é este profissional que faz a análise socioeconômica. De acordo com a Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão constitui competência do Assistente Social Art. 4º inciso XI: “realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (Brasil, 2012, p. 45).

Nesse sentido, é o assistente social que vai fazer “análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais” (CFESS, 2011-2014, p.27), fazendo o reconhecimento das refrações da questão social como objeto de intervenção profissional. Iamamoto ressalta que “[...] a *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas no movimento

contraditório das relações sociais, [...]” (2007, p.156), ou seja, estão diretamente ligadas a realidade social marcada por contradições e desigualdades sociais. É na política de assistência estudantil que o assistente social tem a possibilidade de atuação.

A assistência estudantil é bem público e, como tal, deve estar contextualizado no universo da proteção social. E esta contextualização só se faz verdadeiramente uníssona quando articula assistência e educação, sendo que o componente social é finalístico: contribuir para que o estudante tenha as condições necessárias, e não mínimas, para o seu processo de ensino-aprendizagem, que é progressivo, tendo como desafio: aliar as diversas demandas estudantis que são fruto de necessidades sociais, para o cumprimento da permanência neste espaço, visando um prosseguimento, e não uma estagnação. (Souza, 2017, p.169)

Nesse contexto, é esse profissional que vai atuar diante das expressões da “questão social” que afligem a vida dos acadêmicos que estão em situação de vulnerabilidade social e as ações do profissional por meio de programas governamentais vai contribuir para que os discentes permaneçam na instituição até o término do curso. A atuação do profissional na Política de Educação precisa estar relacionada ao projeto ético político da profissão, pois deve-se reconhecer que vivemos em uma sociedade capitalista tomadas de contradições e lutas sociais e que precisamos garantir o acesso dos sujeitos à política a seus direitos sociais e lutar por uma educação que seja emancipadora.

Dessa forma, compreende-se que Assistência Estudantil como uma ferramenta que possui meios de garantir condições de permanência de discentes no ensino superior nas universidades federais públicas, criando estratégias para que os estudantes consigam a diplomação, promovendo assim, a oportunidade de acesso, minimizando as desigualdades sociais, pois, entende-se que a universidade é um campo que tem o papel de formar cidadãos que utilizem a educação como fonte de conhecimentos para ampliação aos direitos sociais.

4 UFRA - AS CONTRIBUIÇÕES PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA COM SUCESSO DOS ALUNOS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Analisar a política de assistência estudantil na UFRA Campus Tomé-Açu e suas relevâncias para o acesso, a permanência e o sucesso dos discentes de ensino superior. Esse foi o principal objetivo da pesquisa. Dentro do debate buscou-se responder: “quais contribuições do PNAES para ampliação dos direitos educacionais para o acesso e permanência no ensino superior aos alunos em

vulnerabilidade social de Tomé Açu?” e “Quais efeitos esse programa proporciona para os discentes em vulnerabilidade social no sucesso e/ou rendimento na graduação?”.

Neste capítulo será destacado o que foi possível de interpretação dos dados e informações coletadas por meio de formulário eletrônico respondido pelos discentes do Campus e também respondido pela profissional de serviço social que atua na política de assistência estudantil da instituição.

Desse modo, na primeira parte será apresentada os meios utilizados para materialização das ações referentes a problemática da pesquisa, seus objetivos, configurando assim a metodologia do estudo. A segunda parte, será apresentado os dados coletados na pesquisa, como também a análise deles e a interpretação baseadas em fontes teóricas.

4.1 Metodologia e Pesquisa de Campo

Os procedimentos metodológicos nos levam para um processo de construção de conhecimentos que nos aproxima da realidade. Gerald e Silveira (2009, p. 13) destacam que “[...] a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo.” Segundo Lara “Por metodologia, entendemos um conjunto de procedimentos técnicos na realização da pesquisa, a sistematização dos dados e a forma de análise dos resultados” (Lara, 2007, p. 77).

Sendo assim, na construção deste estudo optou-se por fazer uma pesquisa qualitativa para interpretar os dados coletados de forma que se chegue à subjetividade da realidade estudada, pois este tipo de pesquisa segundo Triviños (1987) parte da descrição que tenciona apreender não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência, procura, mas, as causas da existência dele, busca explicar seu histórico e suas relações.

Dessa maneira, é importante destacar que a análise dessa pesquisa está baseada no método materialista histórico dialético Triviños nos destaca que este método “[...] é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, logicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento” (Trivinos, 1987, p.59). Nessa perspectiva busca-se uma abordagem em que a interpretação dos fenômenos não sejam apenas no aparente, mas sim na sua essência, levando em consideração a historicidade dos indivíduos e sua realidade social.

Nesse sentido, para alcançar as questões deste estudo optou-se por realizar no primeiro momento uma pesquisa exploratória, segundo Gil (2002) se configura em um conjunto de conhecimentos, informações já elaboradas. Buscou-se fontes bibliográficas em livros, artigos, periódicos, dissertações, teses que discutem temáticas referente ao objeto de pesquisa e temas relacionados. No segundo momento partimos para uma pesquisa documental que segundo Gil (2002, p.46) considera os documentos como fonte rica e estável de dados, assim, foi possível buscar por meio de relatórios de pesquisa e relatórios institucionais da PROAES conhecimentos e informações da política de assistência estudantil na UFRA dando ênfase ao Campus de Tomé-Açu. Seguindo partiu-se para uma pesquisa de campo nesta etapa adotou-se o instrumental formulário com o objetivo de analisar as contribuições do PNAES para a permanência dos discentes na instituição e levantar, interpretar dados de como os auxílios do programa contribui para o sucesso e a diplomação dos discentes em situação de vulnerabilidade social, bem como, evidenciar as contribuições do serviço social na execução da política de assistência estudantil.

O formulário foi criado pela plataforma *Google Forms* e disponibilizado por meio de redes sociais para os discentes que são atendidos pela política de assistência estudantil do Campus Tomé-Açu e recebem algum tipo de auxílio financeiro. Também foi criado um formulário pela mesma plataforma para a profissional de serviço social que atua na política responder, com o objetivo de alcançar uma amostra referente a atuação da assistente social na política e como sua atuação é importante para a execução das ações e dos serviços.

Dessa forma, é relevante destacar cada etapa desse estudo, com a finalidade de detalhar os aspectos históricos e teóricos nas pesquisas bibliográficas e documental e aprofundar os aspectos referente os sujeitos pesquisados por meio dos instrumentais utilizados na pesquisa de campo.

4.2 Resultados – A Assistência Estudantil e suas contribuições para os discentes contemplados

A análise aqui apresentada foi baseada na avaliação das respostas obtidas através do formulário aplicado aos discentes matriculados no Campus UFRA – Tomé-Açu e o formulário aplicado a profissional de serviço social que atua na política, ambos com a finalidade de obter as informações essenciais para alcançar o objeto da pesquisa.

Foi possível obter respostas de 14 discentes, os quais após a leitura do termo de consentimento e livre esclarecido aceitaram participar da pesquisa. Os 14 discentes são dos cursos de graduação ofertados na instituição: 08 discentes do curso de engenharia agrícola, 03 de ciências biológicas, 01 de ciências contábeis, 01 de administração e 01 não identificou o curso que estuda.

Tabela 1 – Perfil dos participantes da pesquisa

Discentes (nomes fictícios)	Curso	Turma	Município de origem	Cor	Faixa etária idade	Renda	Pessoa c/ deficiência
João	Ciências Contábeis	2022	Concordia do Pará	Parda	Até 20 anos	Mais de um salário mínimo	Não
Lara	Engenharia Agrícola	2018	Igarapé-Miri	Parda	20 à 24 anos	Sem renda	Não
Diego	Engenharia Agrícola	2018	Tomé-Açu	Amarela	Mais de 30 anos	Menos de um salário mínimo	Não
Valeria	Engenharia Agrícola	2020	Tomé-Açu	Amarela	Até 20 anos	Menos de um salário mínimo	Não
Carla	Não identificou	****	Cametá	Parda	20 à 24 anos	Sem renda	Não
Camila	Biologia	2020	Tomé-Açu	Amarela	20 à 24 anos	Mais de dois salários mínimos	Não
Andreia	Biologia	2019	Concordia do Pará	Parda	25 à 29 anos	Menos de um salário mínimo	Sim
Leandro	Engenharia Agrícola	2022	Tomé-Açu	Parda	Até 20 anos	Sem renda	Não
Ellen	Engenharia Agrícola	2022	Mojú	Preta	Até 20 anos	Mais de um salário mínimo	Não
Isa	Engenharia Agrícola	2022	Mosqueiro – Belém	Parda	Até 20 anos	Mais de um salário mínimo	Não
José	Engenharia Agrícola	2020	Tomé-Açu	Parda	Mais de 30 anos	Mais de um salário mínimo	Não
Rosa	Administraçã o	****	Tomé-Açu	Branca	20 à 24 anos	Menos de um salário mínimo	Não
Lia	Biologia	2019	Tomé-Açu	Parda	20 à 24 anos	Sem renda	Não
Vera	Engenharia Agrícola	2020	Tomé-Açu	Parda	25 à 29 anos	Mais de um salário mínimo	Não

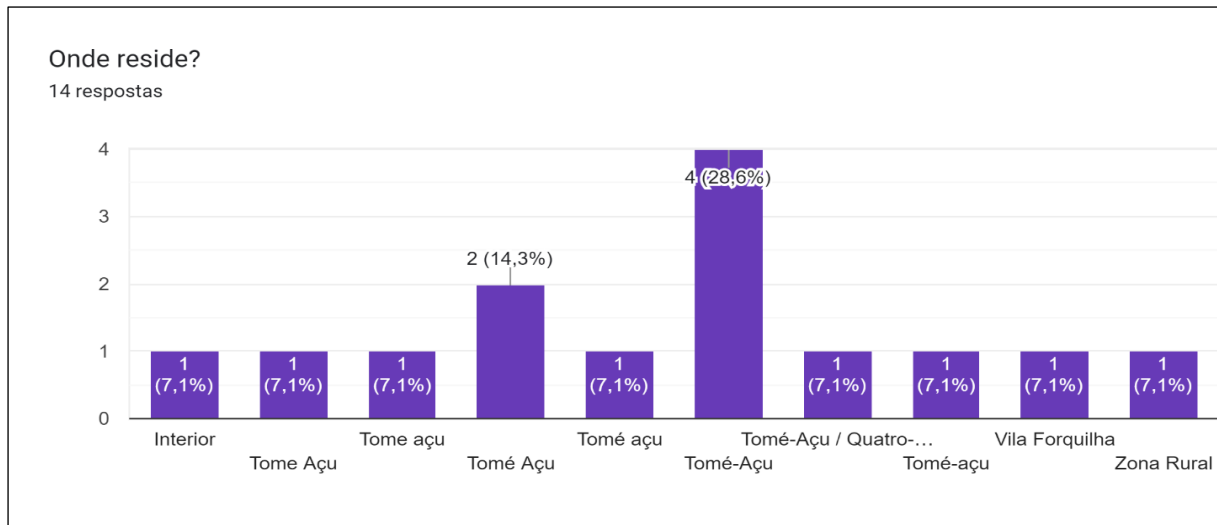
Fonte: Pesquisa de campo.

O formulário contemplou perguntas também sobre comunidade tradicional, formas de ingresso na universidade e perguntas referentes a assistência estudantil. Desse modo, serão obtidas as informações do estudo, apresentando as principais perguntas do formulário e analisando os dados das respostas atingidas por meio de gráficos e resposta escritas, com isso, materializaremos as informações para alcança o objetivo da pesquisa.

Observou-se em campo de estágio que no Campus da UFRA em Tomé-Açu há discentes de diversos municípios do Pará, com isso, no gráfico do formulário identificou que dos 14 discentes que participaram da pesquisa há discentes oriundos de 5 municípios diferentes.

Nesse sentido, compreendeu-se que o estudante oriundo de outro município precisa se deslocar para cursar a graduação a qual escolheu, passando a residir no município da instituição. Em vista disso a assistência estudantil torna-se crucial para esses discentes, pois é por meio dessa política que viabiliza-se auxílios financeiros que contribui para o custeio dos estudantes oriundos de outros municípios, os quais também advém de uma realidade de vulnerabilidade socioeconômica e acordo com os dados da pesquisa, sendo assim, os benefícios da política é fundamental para a permanência do estudante na universidade e também para seu bom desempenho na vida acadêmica até sua formação.

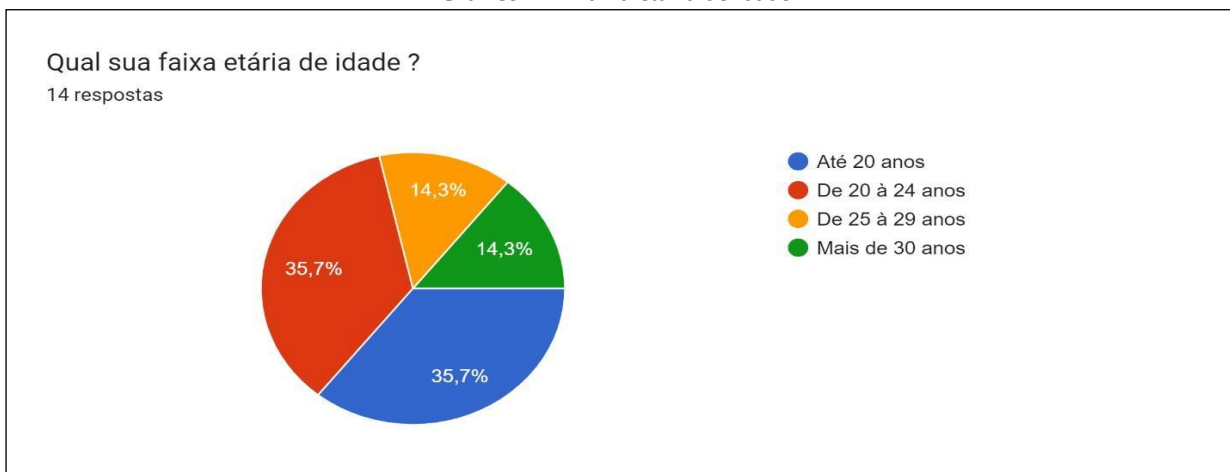
Gráfico 1 - Onde residem os estudantes



Fonte: Pesquisa de campo.

Dos estudantes pesquisados possui a seguinte faixa etária

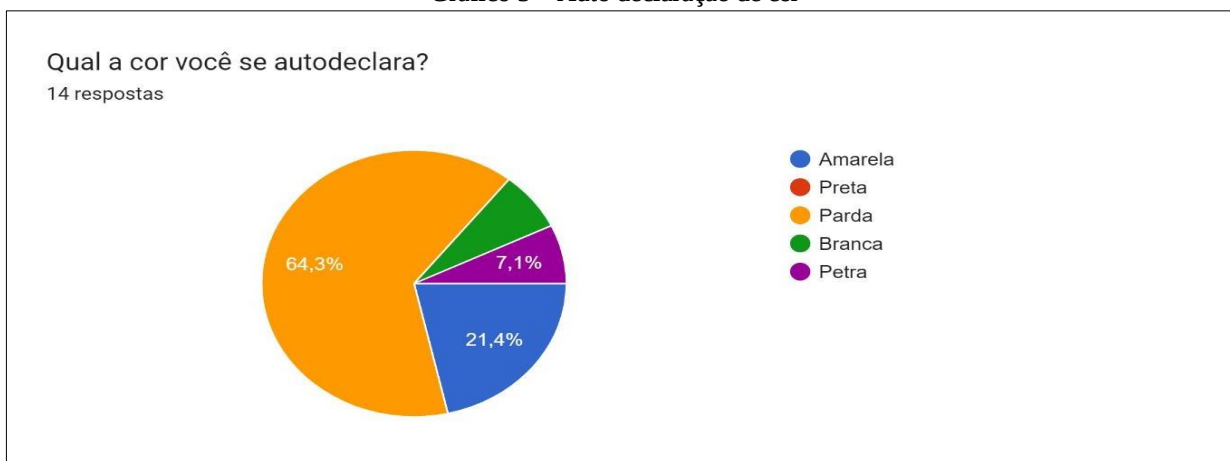
Gráfico 2 – Faixa etária de idade



Fonte: Pesquisa de campo.

Os 14 participantes se auto identificam do gênero masculino ou feminino, no que se refere a autodeclaração de cor 64,3 % dos que responderam à pesquisa se consideram pardos.

Gráfico 3 – Auto declaração de cor



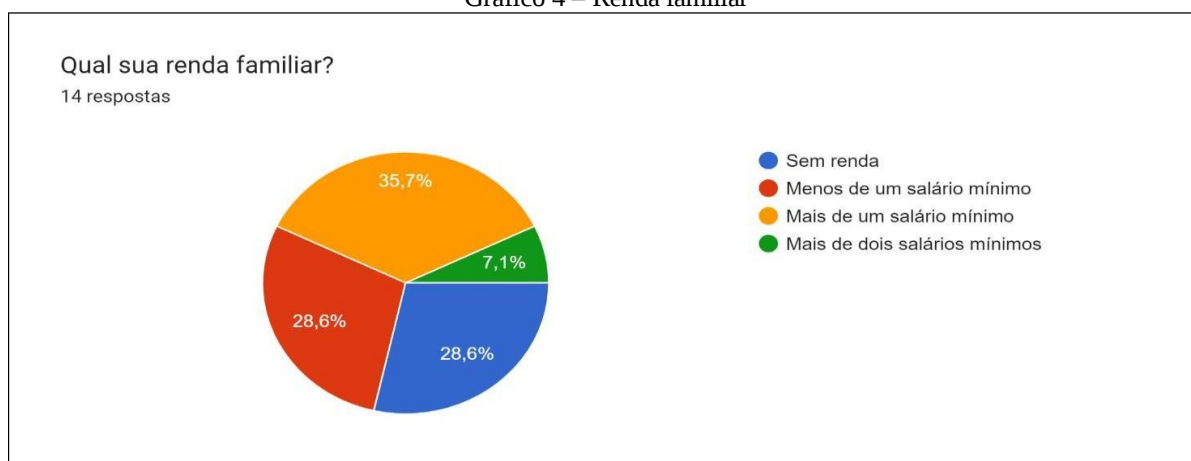
Fonte: Pesquisa de campo.

Ao destacar a autodeclaração buscou-se utilizar os critérios de cor previamente usados pela instituição, nesse contexto, observou-se que a maioria dos pesquisados se autodeclaram pardos, é válido destacar que as lutas sociais para avanços na educação superior, aguçou o Estado a criar estratégias para incluir a população pobre nas universidades federais, sendo assim partir de 2007 o governo federal investiu na ampliação de vagas nas instituições de ensino superior público, a partir

daí intensificou as políticas afirmativas e criaram as leis de cotas, que segundo Filho (2021, p.27) “[...] a Lei de Cotas (Lei 12.711/12), que estabeleceu que 50% das vagas das universidades federais e das instituições federais de ensino técnico de nível médio deveriam ser reservadas a estudantes de escolas públicas e que determinou reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, [...]”. É interessante, mencionar que os indivíduos pretos e pardos historicamente advém de um contexto de exclusão das políticas públicas, foram necessárias lutas sociais para que os seus direitos básicos fossem garantidos e nesse viés que as políticas afirmativas contribuem para que esse público acesse a educação superior pública federal. Nessa perspectiva, compreende-se que os discentes pesquisados de acordos com os dados são oriundos de população que historicamente sofrem com a exclusão social e para ter o acesso e a permanência na universidade é necessário que as políticas públicas se efetivem da melhor forma possível.

Ao analisar a renda *per capita* desses discentes e a participação de suas famílias em programas de transferência de renda, identificou-se que 35,7 % possui renda de mais de um salário mínimo e que 28,6% não tem renda, 28,6% possui menos de um salário mínimo e 7,1% mais de dois salários mínimos. Desses 57,1 % tem algum familiar que é beneficiário de algum programa social como: aposentadoria e auxílio Brasil e 42,9% não tem nenhum tipo de benefício.

Gráfico 4 – Renda familiar



Fonte: Pesquisa de campo.

Com os dados expostos acima, ilustra um perfil de uma parcela de discentes que são matriculados na instituição de ensino superior UFRA Campus Tomé-Açu e que são atendidos pela assistência estudantil. De acordo com os dados coletados, compreende-se que o perfil dos discentes destacam uma situação de vulnerabilidade social em que as ações da política de assistência

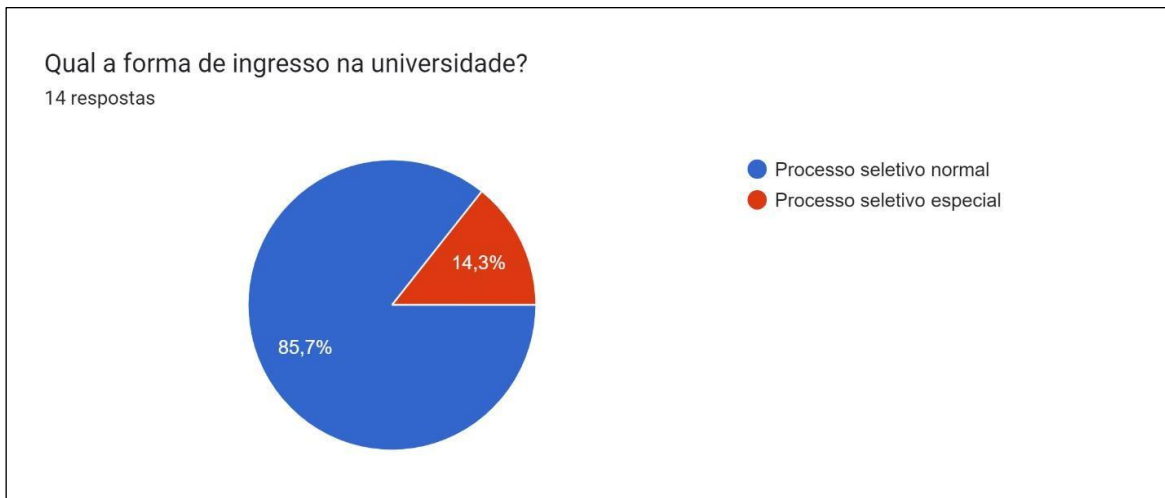
estudantil são cruciais para a permanência e diplomação desses estudantes, pois na maioria das vezes os auxílios financeiros ofertados pela política são as únicas fontes de renda para os discentes se deslocarem do seu município de origem para virem estudar e se manterem na localidade onde a instituição está instalada.

A profissional de serviço social que atua na instituição e trabalha com a Assistência Estudantil, ao responder a pergunta “Na sua opinião os auxílios estudantis tem contribuído para a permanência dos discentes até a conclusão do curso?” aplicada por meio do formulário eletrônico diz que: “Sim, pois maior parte dos alunos apresentam uma condição de vulnerabilidade econômica e vem de outros municípios para cursar no campus de Tomé Açu, logo auxílios como moradia e alimentação tornam-se imprescindíveis a esses alunos” (Assistente Social - Telma , 2022)

Nesse sentido, compreende-se que o recebimento dos auxílios advindos de recursos do PNAES tem um papel fundamental para que os discentes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham as mínimas condições materiais para conseguirem concluir o curso em igual período aos demais discentes do Campus, sendo que, entende-se que os auxílios contribuem também na permanência de discentes oriundos do mesmo município em que a instituição está localizada.

Ao questionar a forma de ingresso na universidade 85,7% dos participantes da pesquisa foram por processo seletivo normal e 14,3% por processo seletivo especial. O processo seletivo normal caracteriza-se por aquele processo em que o indivíduo concorre as vagas destinadas a todo público que queiram concorrer. O processo seletivo especial são aqueles processos específicos para determinado grupo social como por exemplo os processos seletivos para grupos de comunidades tradicionais como: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, nesse caso só indivíduos que fazem parte desses grupos que podem concorrer as vagas.

Gráfico 5 – Forma de ingresso na universidade

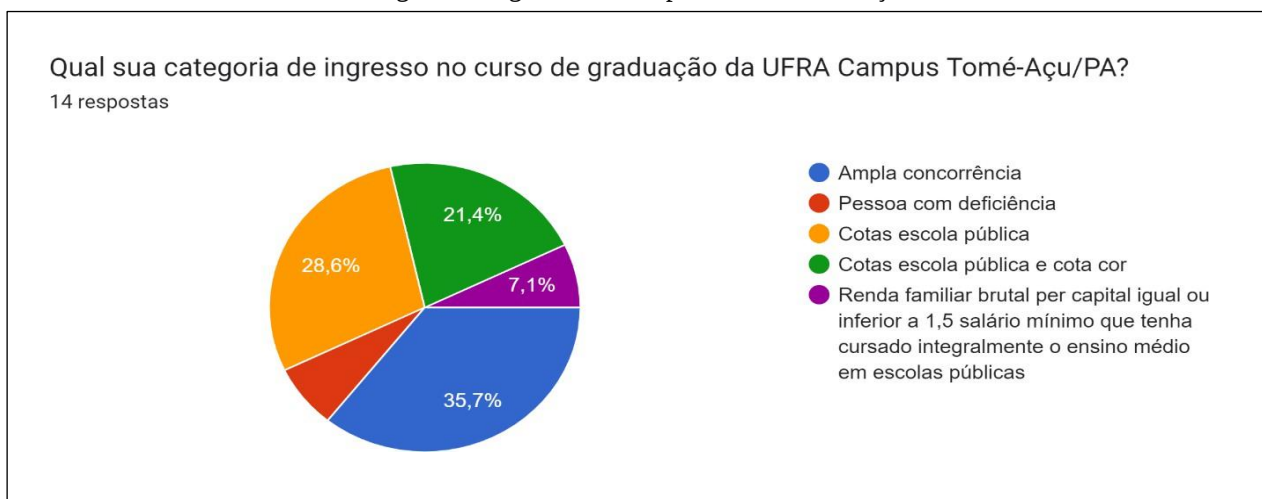


Fonte: Pesquisa de campo.

Nesse sentido, as novas formas de processos seletivos contribuem para o ingresso de populações menos favorecidas nas universidades federais. “A luta pelo ensino superior está vinculada à luta pelas políticas sociais como um todo e está conectada com as reivindicações da sociedade no que se refere aos direitos sociais” (SENGER; DALLAGO, 2021, p.47), sendo assim, compreende-se que esse direito de acesso é uma conquista advinda de lutas sociais, pois entende-se que a população menos favorecida sofre com a falta de garantia de direitos sociais.

No Campus da UFRA em Tomé-Açu, na observação em campo de estágio e analisando os dados da pesquisa percebeu-se que há discentes que tem acesso ao curso de graduação por meio de processo seletivo normal e especial, bem como, ingressaram pelos critérios de categoria que a instituição adota para seletiva dos discentes. Nas categorias de ingresso no curso na referida instituição os discentes que responderam destacaram ingressar por meio de ampla concorrência, cotas escola pública, cotas escola pública e cota cor, renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, pessoa com deficiência.

Gráfico 6 – Categoria de ingresso no Campus UFRA Tomé-Açu



Fonte: Pesquisa de campo.

Isso significa que para indivíduos que vivenciam uma realidade de desigualdades sociais foi necessário lutar para garantir o acesso ao ensino superior. Nesse sentido, Crosara, Silva e Oliveira (2020) mencionam que incluir na educação superior indivíduos que compõem as camadas sociais mais baixas é dar a eles a chance de melhorar economicamente.

Ao analisar os dados das respostas acima compreende-se que a política de cotas é uma categoria que contribui para o acesso de indivíduos mais vulneráveis socioeconomicamente a uma universidade pública federal. Nascimento e Silva (2020) mencionam que o processo de ampliação das diretrizes do ensino superior os sistemas de cotas étnicos-raciais e sociais⁴ advém de um processo de lutas sociais dos movimentos sociais por uma educação pública, gratuita e de qualidade, os quais lutaram pelo reconhecimento ao direito social à educação. No entanto, observou-se que as cotas contribuem para o ingresso nas universidades, porém não garantiam a permanência e nem condições para que os grupos sociais menos favorecidos possam concluir o curso com qualidade na vida acadêmica.

Dentre as 14 respostas dos participantes da pesquisa 2 (dois) se autodeclararam serem de comunidades tradicionais: 1 (um) quilombola e outro indígena.

⁴ Sistema de cotas étnicos-raciais e sociais – o sistema de cotas raciais é uma política de ação afirmativa, instituída pela Lei 12.711, a chamada Lei de Cotas, voltada para discentes da rede pública de ensino que concorrem a vaga em instituições de ensino superior federais, a lei dispõe reserva de vagas para estudantes de baixa renda, e que se autodeclarado preto, pardo ou indígena.

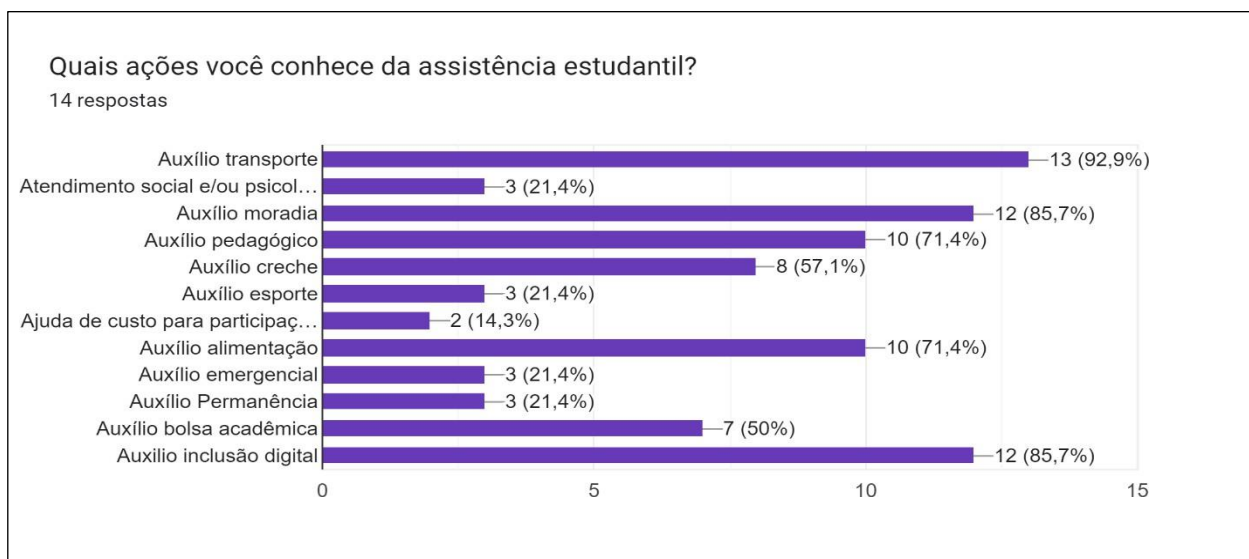
Na perspectiva da política de educação superior como fomento para a equalização de direitos, os governos delineiam um conjunto de políticas afirmativas de direitos que preveem o acesso ao ES, na forma de cotas para afrodescendentes e para indígenas. (Kowalski, 2012, p.142)

Vale ressaltar que na sociedade em que vivemos observa-se a existência de diferença de acesso no nível superior tendo em vista a questão de raça/cor, assim é interessante destacar o quando essas categorias de ingresso, por meio da política de cotas, contribuíram para o acesso dos indivíduos economicamente vulneráveis. No entanto, é relevante para garantir mobilidade social, é necessário expandir o acesso e conclusão para as pessoas negras no nível superior, uma vez que elas são historicamente afastadas do ensino superior, visto que as diferenças entre brancos e negros continuam significativas. (Crosara, Silva, Oliveira, 2020). A população indígena também necessita do acesso e permanência nos espaços universitários, uma vez que é uma população que historicamente sofre com o descaso e a exclusão social.

Desse modo, as formas de ingresso na universidade garantem o acesso dos indivíduos a esse espaço de educação superior, no entanto, é a assistência estudantil que na sua essência busca minimizar as desigualdades sociais que dificultam o usufruto do direito à educação e dar condições de permanência a esses discentes, pois a sociedade brasileira é permeada por desigualdades as quais dificultam a permanência e a formação de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Sanger e Dallago (2021) dizem que as políticas de ações afirmativas precisam estar conectadas com as políticas de permanência e manutenção durante a vida acadêmica. “Nesta compreensão, tem-se a assistência estudantil, na perspectiva de ampliar as condições de permanência do discente no ensino superior, diante das dificuldades vivenciadas pela classe trabalhadora.” (Sanger; Dallado, 2021, p. 54). Dessa forma, entende-se que as ações afirmativas e a assistência estudantil contribuem no arrefecimento das desigualdades sociais e ético/racial, no qual seu público é composto por populações como: quilombolas, indígenas.

Ao buscar mais dados referentes a assistência estudantil a pesquisa permitiu indagar sobre “quais ações da assistência estudantil o discente conhece?” O gráfico seguinte mostra 12 ações elencadas pelos discentes.

Gráfico 7 – Ações da Assistência Estudantil



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico 7 mostra as ações que os discentes do Campus mais conhecem da assistência estudantil a exemplo do auxílio transporte, uma vez que uma parcela dos discentes atendidos pela política são oriundos de outras localidades, esse auxílio se torna essencial para custear as despesas de transporte para o mesmo chegar até a instituição; auxílio moradia também é um dos mais requisitado no campus, pois contribui para a estadia de discentes que necessitam custear moradia no local da instituição em que estudam.

Em conversas informais com a profissional de serviço social foi possível compreender que o auxílio inclusão digital e auxílio pedagógicos são benefícios financeiros destinados a compras de equipamentos e cursos de formação para melhorar o desempenho acadêmico; auxílio alimentação é destinado para custear despesas alimentícias dos estudantes; auxílio creche beneficia discentes que são pais ou mães que tem filhos pequenos e necessitam do auxílio para os cuidados da criança; auxílio emergencial é uma contribuição excepcional destinada aos discentes que estão em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica; a bolsa acadêmica é um benefício financeiro com o objetivo de contribuir com a formação acadêmica que articula ensino, pesquisa e extensão; auxílio permanência é destinado a discentes oriundos de comunidades tradicionais; auxílio esporte é destinado a estudantes que possui alguma habilidade esportiva e precisa de apoio da instituição; ajuda de custo é um auxílio que contribui no custeio de viagens para participação em eventos que possuem produções científicas; atendimento social/psicológico é uma ação da assistência estudantil para o acolhimento, escuta e encaminhamento das necessidades apresentadas pela demanda.

Em vista disso, é importante compreender que todas essas ações e serviços da política de assistência estudantil são voltadas para um público de discentes que possuem um perfil de vulnerabilidade socioeconômica e a concessão desses auxílios torna-se crucial para dar condições básicas para permanecer na universidade e concluir sua a formação acadêmica.

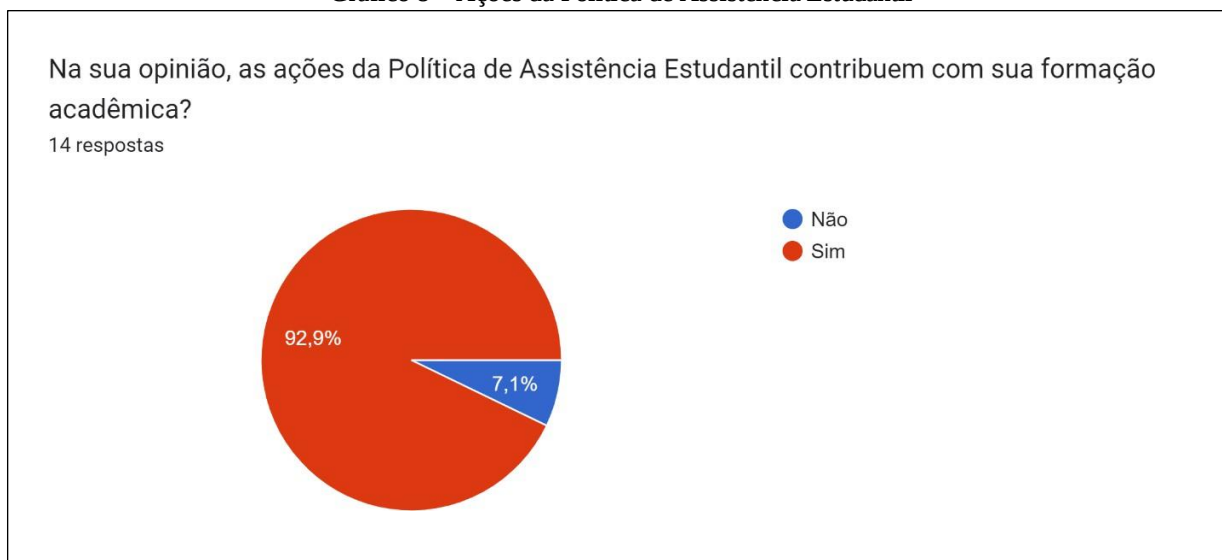
De acordo com observações feitas em campo de estágio, é relevante destacar que no Campus da UFRA em Tomé-Açu no que se refere as ações da Assistência Estudantil se desenvolve de duas formas: as que são desenvolvidas por meio de transferência de renda como os auxílios: transporte, moradia, alimentação, auxílio emergencial, entre outros. A outra forma de executar a política é desenvolvendo ações que são possíveis sem necessitar de financiamento como: apoio pedagógico, atendimento psicológico, encaminhamentos para a rede institucionais, grupos de atividades, acompanhamento dos discentes em suas diversas necessidades, dentre outras.

Sendo assim, vale destacar que o PNAES apoiou-se no entendimento que estratégias por meio de transferência de renda direta para estudantes pobres não seria o suficiente para garantir a permanência dos discentes nas universidades (Araujo, 2015). Porém, ressalta-se que a segunda forma de executar a política, ainda as ações são muito precárias, pois muitas vezes os profissionais que atuam na assistência estudantil ficam limitados aos processos que contemplam os estudantes com auxílios financeiros e deixam de realizar as outras ações.

Desse modo, é relevante mencionar que uma das profissões que atua na política de assistência estudantil da referida instituição é um profissional de serviço social, e sua atuação centra-se na análise socioeconômica dos discentes para que os mesmos possam ter acesso aos auxílios oferecidos. Sendo assim, a assistente social que trabalha no campus ao responder a pergunta “Como se dá seu trabalho na assistência estudantil do campus? Quais são as principais demandas e ações?” disse “A principal demanda é encaminhamento para os auxílios estudantis” (Assistente Social - Telma, 2022). Isso nos faz refletir que os encaminhamentos para a concessão de auxílios tornam-se a principal demanda, e assim as outras ações que podem ser desenvolvidas pela política não estão sendo desenvolvidas pela profissional. No entanto, é importante que haja o processo de desenvolvimento das ações que viabilize tanto ações que necessitem de financiamento quanto as que não necessitam, pois assim, as ações desenvolvidas continuam a promover as condições necessárias para a permanência do estudante até a finalização da sua formação.

Ao perguntar aos discentes “se ações da Política de Assistência Estudantil contribuem com a sua formação acadêmica?” 92,9% dos participantes responderam que sim. Percebe-se que a maioria dos que responderam foram positivos sobre as contribuições da política na sua jornada acadêmica de formação. Porém, durante observação em campo de estágio e em conversas informais com a assistente social, percebeu-se que a falta de recursos e a dificuldade em realizar ações da assistência estudantil que não necessitam de recursos financeiros faz com que discentes julguem que as ações da política não contribuem com a sua formação acadêmica, sendo assim, 7,1% responderam não que contribui, conforme o gráfico:

Gráfico 8 – Ações da Política de Assistência Estudantil



Fonte: Pesquisa de campo.

Apesar de algumas insatisfações é válido ressaltar que as ações da política de assistência estudantil que contribuem para que o público da camada social vulnerável permaneça nas instituições até a conclusão do curso. Sendo assim, é interessante destacar que dos 14 (quatorze) discentes do Campus Tomé-Açu participantes da pesquisa, 10 (dez) responderam “o porquê as ações da Assistência Estudantil contribuem para sua formação acadêmica?” de acordo com as respostas percebeu-se que para alguns discentes as ações da Assistência Estudantil contribuem no aspecto financeiro dos quais responderam da seguinte forma:

Ajuda a mandar os estudos e dar mais força para os universitários não desistiram por questão financeira e outras. (Discente - João, 2022)

Sim, sem este recurso a minha permanência no município seria impossível, pois meus familiares não tem emprego fixo. (Discente - Lara, 2022)

Comprar materiais para estudar na Ufra (Discente - Andreia, 2022)

Com o auxílio inclusão digital, vou conseguir obter mais informações e conhecimentos relacionados aos trabalhos acadêmicos (Discente - Leandro, 2022)

Para os discentes que não residem na cidade do campus, é um grande incentivo à continuar o curso! (Discente - Ellen, 2022)

Contribuem para minha permanência na universidade, pois se não fosse por isso eu não teria locomoção para UFRA e consequentemente não teria acesso todos os dias aos meus estudos. (Discente - Rosa, 2022)

Na verdade, contribui de certa forma, pois auxilia na permanência nos estudos visto que ajuda em parte na compra de passagens para chegar na faculdade, pagar a internet e despesas pessoais, mas bem pouco. (Discente - Lia, 2022)

Isso nos destaca uma reflexão de que os discentes contemplados pelos auxílios da assistência estudantil vivenciam uma realidade brasileira que é a desigualdade de renda, levando-nos a uma reflexão de Crosara, Silva e Oliveira (2020, p. 32) que diz “A desigualdade de renda brasileira, independentemente da variação dos métodos de análise, está entre as mais altas do mundo”. Nessa perspectiva, mostra-se uma realidade em que se acentua um dos obstáculos que os discentes oriundos das camadas mais baixa da sociedade sofrem, pois compreende-se que pertencemos a uma sociedade desigual mantida historicamente pelo sistema capitalista vigente.

Nesse sentido, vale destacar que muitos desses discentes advém de municípios distantes e que também são marcados pela desigualdade social e assim os auxílios tornam-se uma estratégia para que os mesmos consigam uma formação superior de qualidade. É importante mencionar que a pandemia acirrou as desigualdades sociais na sociedade brasileira, nesse contexto, a assistência estudantil foi uma ferramenta que contribuiu significativamente para o processo de formação dos discentes mais vulneráveis. Em conversas informais foi possível compreender que em período mais severos da pandemia os auxílios da assistência estudantil continuaram beneficiando os contemplados e isso contribuiu para que a formação acadêmica continuasse sem muitos prejuízos. De acordo com as respostas de alguns discentes percebeu-se que a Assistência Estudantil contribui de forma significativa com os conhecimentos atribuídos as atividades acadêmicas da universidade, conforme segue:

Permanência na universidade (Discente - Diego, 2022)

Me ajudando a permanecer estudando em uma universidade pública (Discente - Carla, 2022)

Com o auxílio inclusão digital, vou conseguir obter mais informações e conhecimentos relacionados aos trabalhos acadêmicos (Discente - Leandro, 2022)

Pois me ajuda na minha formação, e contribui para me auxiliar nas minhas necessidades referentes a Ufra (Discente - Isa, 2022)

Nesse sentido, essas informações escritas pelos discentes elucidam a importância que a assistência estudantil tem na vida acadêmica dos estudantes, assim como, as ações do PNAES são cruciais para os discentes que são contemplados com auxílios financeiros. Silva e Barbosa (2018) mencionam que a política estudantil é organizada para desenvolver estratégias para garantir a permanência de estudantes de baixa renda, por meio de ações estabelecidas pelo PNAES.

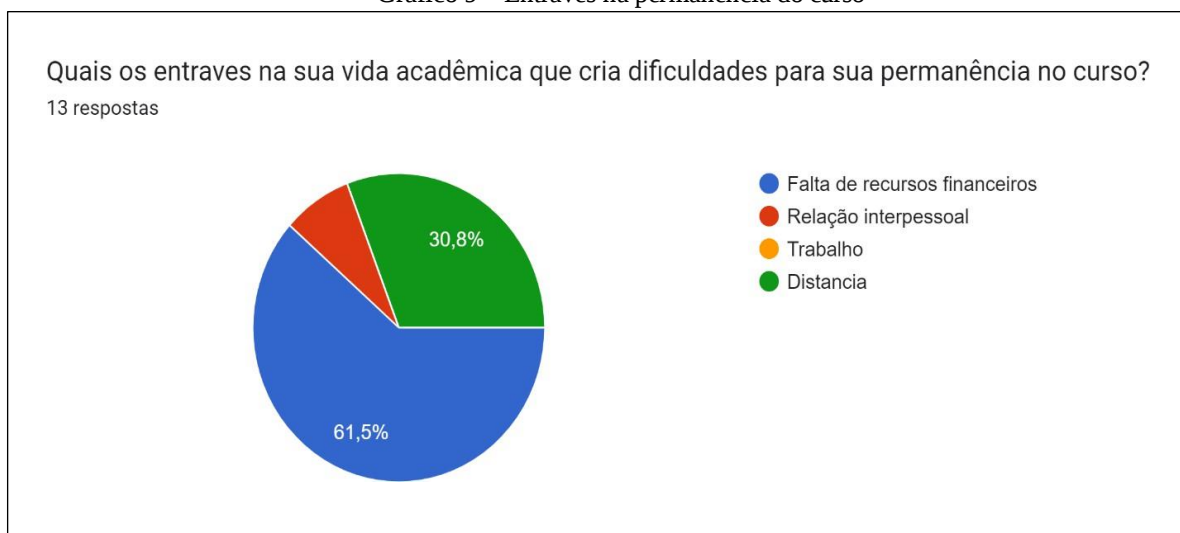
De acordo com observações em campo de estágio foi possível perceber que diante da realidade do Campus UFRA Tomé-Açu, e as atividades acadêmicas dos cursos ofertados pela instituição, os estudantes para manter-se na universidade necessitam de recursos financeiros para custear necessidades básicas que contribuem para um bom desempenho acadêmico. Cito como exemplo estudantes do curso de Biologia e Engenharia Agrícola são cursos ofertados na modalidade integral, discentes desses cursos na maioria das vezes necessitam passar o dia todo nas dependências do Campus estudando, assim, para os estudantes mais vulneráveis os auxílios podem contribuir com as necessidades básicas mínimas. Outro fator importante, são os auxílios relacionados ao transporte, a maioria dos discentes da instituição precisam do transporte público para chegar até a instituição, então esse auxílio é essencial para custear a locomoção de discentes de baixa renda.

Sendo assim, compreende-se que as ações da política de assistência estudantil, de acordo com as respostas dos discentes pesquisados, contribuem significativamente no processo de formação educacional do indivíduo, foi possível perceber ao analisar as informações que as ações afirmativas do PNAES, possibilita a concessão de auxílios financeiros, os quais permite condições materiais para que os discentes oriundos da classe trabalhadora permaneçam estudando na instituição com condições que favoreçam uma formação com participação mais eficaz no âmbito acadêmico.

No entanto, entende-se que na vida acadêmica os estudantes deparam-se com entraves que dificultam a permanência na graduação, no Campus da UFRA em Tomé-Açu os discentes pesquisados informaram que um dos principais entraves para a vida acadêmica é a falta de recursos

financeiros como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9 – Entraves na permanência do curso



Fonte: Pesquisa de campo.

Dessa forma, ao observar o gráfico acima percebe-se que apesar dos discentes receberem auxílio pela política de assistência estudantil, a falta de recursos financeiros ainda é fator que dificulta a permanência dos estudantes. Isso mostra que há necessidade de investir mais recursos no PNAES para que aumente o número de contemplados e aumente também os valores destinados aos estudantes, para que, assim minimize esses entraves e dificuldades.

Isso traz uma reflexão em que a desigualdade social ainda impera na nossa sociedade, Magalhães (2012) destaca um entendimento de que a desigualdade se reflete na forma de distribuição de renda e nas formas de acesso aos bens socialmente produzidos e aos direitos legalmente garantidos. Nesse sentido, a falta de recursos financeiros é uma realidade em que grupos socialmente menos favorecidos sofrem.

Nessa perspectiva, compreende-se que a assistência estudantil é uma política na área da educação com o objetivo de democratizar as condições de permanência de jovens no ensino superior federal, minimizar as desigualdades sociais e disponibilizar recursos necessários para superar os desafios que comprometem o desempenho acadêmico do discente. Desse modo, a pesquisa possibilitou que os participantes utilizassem o espaço para escrever como a assistência estudantil contribuiu para que o estudante pudesse permanecer no curso. Assim, 9 (nove) discentes responderam da seguinte forma:

Ajudou nas despesas e ajudou com contribuição a ajudar meus pais. (Discente - João, 2022)
 Ajudando no meu custeio, pois como sou de outro município, preciso arcar com tudo, desde casa até água. (Discente - Lara, 2022)
 Não recebi (Discente - Diego, 2022) Assistência e apoio (Discente - Andreia, 2022)
 Meu curso é integral, eu consegui o auxílio alimentação, então eu consigo comprar meu almoço quando não posso trazer de casa e permaneço o dia todo no campus (Discente - Leandro, 2022)
 Ajudou a conseguir o auxílio moradia que me ajuda muito! (Discente - Ellen, 2022)
 Contribuiu para minha permanência na universidade, pois se não fosse por isso eu não teria locomoção para UFRA e consequentemente não teria acesso todos os dias aos meus estudos. (Discente - Rosa, 2022)
 Me ajuda a permanecer pois supre o básico, por exemplo, o campus não tem restaurante universitário, e por vezes tenho que almoçar no campus, e devido a distância do campus se faz necessário comprar almoço, que não é barato, além de passagem e material pedagógico, mais ainda sim, é difícil se manter com pouco (Discente - Lia, 2022)
 Ela contribui de forma positiva, pois apesar das dificuldades encontradas na universidade sabemos que tem órgãos que estão dando um apoio para que possamos permanecer. (Discente - Vera, 2022)

Vale ressaltar que diante das informações fornecidas pelos discentes, destaca-se em diversas respostas que a assistência estudantil, por meio de suas ações e serviços, contribui para a permanência e o sucesso de discentes em situação de vulnerabilidade social no ensino superior público. Porém as informações retratam as situações de vulnerabilidade que os estudantes vivenciam e infelizmente ações não contemplam todos que delas necessitam.

Dentre as perguntas do formulário houve uma que estava relacionada a sugestão do participante de apoio que a universidade pode dar ao discente além dos que já são previstos na Política de Assistência Estudantil obteve-se as seguintes respostas:

Ajudar com mais bolsas e ter um cuidado em não deixar quem está realmente necessitando pra baixo e quem tem condições com prioridade. (Discente - João, 2022)
 Precisa de mais seleção, as vezes uma pessoa do município ganha benefícios que quem é de fora e que precisa muitas das vezes acaba não ganhando!! (Discente - Lara, 2022)
 Deixar de ajudar apenas os que puxam saco já seria um começo! (Discente - Diego, 2022)
 Mais atenção ao discentes (Discente - Andreia, 2022)
 O RU, seria o melhor para o nosso campus (Discente - Leandro, 2022)
 Impondo projetos ou dinâmicas ao menos uma vez na semana ou no mês, que os discentes venham socializar uns com os outros. Seria ótimo, até mesmo uma troca de conhecimentos. (Discente - Ellen, 2022)
 Apenas que seja pago em dia o auxílio e não cause danos a necessidade que o aluno precisa. (Discente - Rosa, 2022)
 Não conheço a fundo a Política de Assistência Estudantil (Discente - Lia, 2022).

É interessante observar que os discentes apresentam informações que é preciso ter mais recursos para disponibilizar bolsas, auxílios, é necessário mais atenção e criar estratégias para o processo de seleção. Nessa perspectiva, a profissional de Serviço Social que atua na política ao responder o seguinte “O que poderia melhorar a assistência estudantil para proporcionar o sucesso dos alunos na universidade?” diz que “Aumento de recursos destinados à educação e maior comunicação com a pró-reitoria.” (Assistente Social - Telma, 2022).

Dessa forma, compreende-se que a profissional também compartilha do mesmo pensamento dos discentes ao mencionar que precisa de mais recursos para educação. Além disso, ao analisar as respostas foi possível perceber que discentes tem uma compreensão que as ações da política de assistência estudantil contempla apenas os escolhidos, mas é vale mencionar que diante de relatos informais com a assistente social em campo de atual, destaca que existe os critérios para selecionar os contemplados, esses critérios são para análises socioeconômicas e precisam ser comprovadas com documentações, assim, muitos discentes necessitam e estão no perfil, porém não conseguem comprovar as informações, isso faz com que não sejam contemplados. Araújo (2015) diz que a análise socioeconômica é um dos critérios principais para ter acesso aos benefícios.

Outro fator que muitos discentes mesmo possuindo os critérios e o perfil para serem contemplados e infelizmente não são é a questão dos cortes orçamentários para universidades federais, isso impacta diretamente nos recursos da assistência estudantil ocasionando dificuldades financeiras e reduções no número de auxílios disponibilizados a cada edital. Segundo Paula *et al* (2018, p. 10) “A assistência estudantil tem sofrido impactos com a redução orçamentária para a Política de educação.”. Uma vez que, há aumento na demanda de assistência estudantil devido a política de expansão das universidades federais e com a política de cotas as demandas da assistência estudantil aumentaram, porém os cortes e contingenciamentos de verbas tornam os serviços insuficientes e não conseguem atender a demanda.

Portanto, é importante mencionar que diante dos dados da pesquisa foi possível identificar que apesar dos entraves relacionados as questões da realidade vivenciada na sociedade brasileira, compreendem-se que as contribuições da Política de Assistência Estudantil são significativas na vida acadêmica dos discentes.

4.2.1 Contribuições do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil do Campus UFRA – Tomé-Açu

Mediante as lutas e embates por garantia de direitos sociais na realidade vivenciada, surge a necessidade do profissional de Serviço Social na política de Educação, sendo que, a partir da década de 90 que a presença do Serviço Social vem acontecendo na política de Educação, desde então, é uma demanda que apresenta muitos desafios aos assistentes sociais. Segundo a cartilha “Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” “A Educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, [...]” (CFFES, 2011-2014, p.16). Diante dessa realidade, no Brasil está política, tem o compromisso de garantir direitos sociais, sinalizando também uma ampliação no conceito de educação, a partir do entendimento da sua reprodução social.

É notória discorre que a política de educação se constitui dentro da vida social enquanto uma totalidade histórica e dinâmica que apresenta sua particularidade dentro da realidade social. Porém, a educação sobre a ótica capitalista, contribui para a manutenção e reprodução desse sistema, mas é a partir desse contexto que se estabelece oportunidades históricas para lutar por uma educação emancipadora.

A Cartilha Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, sinaliza uma concepção de educação associada a luta por ampliação e consolidação direitos sociais e humanos levando em consideração a diversidade humana. Em vista disso, a atuação do profissional na Política de Educação precisa estar relacionada ao projeto ético político do Serviço Social cujo posicionamento político está vinculado à luta de classes.

Nessa perspectiva, ampliou-se espaços de ocupação para profissionais de Serviço Social na Política de Educação, dentre esses espaços foram criados setores e núcleos nas universidades públicas para operacionalizar e executar ações referente a assistência estudantil. Assim, foram criadas equipes multidisciplinares para aprimorar os serviços de auxílio estudantil, sendo o assistente social como um dos profissionais necessários na equipe.

Desse modo, na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) Campus Tomé-Açu/PA o serviço social está presente na política de educação trabalhando na assistência estudantil como já sinalizado no capítulo anterior. Sendo assim, por meio de formulário eletrônico procurou-se fazer

uma análise referente a política de assistência estudantil por meio do entendimento da profissional que atua na política.

Nesse sentido, buscou-se a compreensão da profissional sobre a política de assistência estudantil a qual destaca ser “Política pública voltada aos estudantes de ensino superior com objetivo de assegurar sua permanência e conclusão do curso” (Assistente Social - Telma, 2022), isso nos remete que a profissional compreende a assistência estudantil como política, uma vez que o PNAES respaldado pelo Decreto Lei 7.234 de 2010 passou-se a ser política pública de direito. “Portanto, esse documento representa a luta coletiva de grupos organizados (FONAPRACE, UNE, ANDIFES) na consolidação da assistência estudantil em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto política pública de direito.” (Kowalski, 2012, p. 97).

A profissional que participou da pesquisa fez a seguinte fala em relação a função do Serviço Social na assistência estudantil:

O serviço social em conjunto com os outros profissionais, psicólogo, pedagogos, entre outros, operacionalizam a política por meio de atendimento, encaminhamento aos auxílios estudantis e a rede de serviços, visita domiciliar, articulação com a rede, desenvolvimento de projetos voltados aos estudantes e planejamento da política estudantil interna. (Assistente Social - Telma, 2022)

Nessa perspectiva, é notório que a profissional atua em conjunto com os profissionais que fazem parte da equipe multiprofissional do Campus. É válido destacar também que a mesma desenvolve seu trabalho numa perspectiva ético-política, técnico-operativo e teórico metodológico da profissão.

É interessante ressaltar que o profissional de serviço social é o principal executor das análises socioeconômicas das ações da assistência estudantil por meio PNAES o qual tem o objetivo de ampliar as condições de permanência dos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As ações desse programa são voltadas para os auxílios tais como: moradia, alimentação, apoio pedagógico, acessibilidade da pessoa com deficiência, apoio pedagógico, dentre outros. De acordo com observação em campo de estágio percebeu-se que o trabalho do serviço social na instituição vem sendo marcado pela análise dos critérios socioeconômicos dos discentes para os deferimentos dos auxílios, bem como todo o processo que envolve as atividades de avaliações para a concessão dos auxílios e assegurar o acesso e a permanência dos discentes com vulnerabilidade socioeconômica.

Desse modo, é relevante destacar a importância da atuação do Serviço Social na Assistência Estudante. De acordo com a lei que regulamenta a profissão de nº 8.662/1993 no Art 4 – constitui uma das competências do/a assistente social realizar estudos sócio-econômicos (Brasil, 2012), sendo assim, diante da realidade do Campus de Tomé-Açu é este profissional que tem formação específica para fazer as análises socioeconômicas dos usuários da política.

No Campus UFRA, em Tomé-Açu, as principais ações desenvolvidas pelo profissional de serviço social são direcionadas as análises socioeconômicas para a concessão de auxílios pelo programa PNAES, acompanhamento dos discentes, articulações com a rede socioassistencial, planejamento e execução de atividades socioeducativas, orientações e encaminhamentos. No que se refere aos auxílios de acordo com a assistente social “os auxílios não tem conseguido atender toda a demanda do campus, em decorrência do quantitativo insuficiente de números de vagas” isso nos remete a uma fala de Araújo (2015, p.114).

Essa situação incide diretamente na demanda crescente e sistemática pela realização de análises socioeconômicas, que não destoam dos encaminhamentos dados às demais políticas sociais. Políticas essas que se tornam cada vez mais seletivas, pontuais e focalizadas, restando o atendimento apenas aos estudantes que comprovem ser muito pobres, já que o recurso destinado não é suficiente para realizar um atendimento universal.

Nesse sentido, o trabalho do serviço social é muito requerido para fazer essas análises, pois é o profissional de serviço social na área educacional atuante na política de assistência estudantil, que vai fazer “análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais” (CFFES, 2011-2014, p.27), fazendo o reconhecimento das refrações da questão social como objeto de intervenção profissional. Sendo assim, é este profissional que nas suas atribuições e competências deve procurar analisar as diversas expressões da “questão social” na sua essência, pois são caminhos que devem ser utilizados para a concessão de benéficos para os acadêmicos que são atendidos pela política, sem esquecer de levar em consideração a especificidade de cada discente.

No entanto, existem muitas dificuldades para a atuação profissional na assistência estudantil das quais a profissional cita algumas como: “A dificuldade em planejamento junto a pró-reitoria a qual o serviço social é vinculado, assim como a diminuição de recursos do governo federal para a educação que inviabiliza a expansão da assistência estudantil” (Assistente Social - Telma, 2022).

Uma dificuldade pertinente para a profissional que respondeu a pesquisa foi a questão da falta do planejamento com a pró-reitoria o setor responsável pela Assistência estudantil de todos os *campis* da UFRA. Em conversa informal com a profissional foi possível observar e compreender que esta dificuldade está relacionada a relação de poder que é materializada na referida instituição federal de educação superior, isso faz com que o/a profissional de serviço social limite sua atuação na política e muitas vezes não consegue realizar as intervenções necessárias para que o direito do usuário seja garantido.

No que se refere à falta de recurso financeiro destacadas pela profissional em relação a assistência estudantil, o rebatimento disso implica em poucas vagas para atender a demanda de quem necessita da política. “Como o orçamento não é suficiente, é necessário (re)criar e aperfeiçoar os mecanismos de seleção existentes até então, o mesmo tempo em que é necessário estar atento para não cair na armadilha de apenas reproduzir as desigualdades já existentes na sociedade.” (Araujo, 2015, p.113) Assim, entende-se que o profissional de serviço social busque estratégias para atender as expectativas pautadas na lei de regulamentação da profissão e no código de ética do Serviço Social o qual volta-se para uma compreensão que reconhece as contradições sociais e as lutas sociais fruto da sociedade capitalista tomadas de contradições e lutas sociais, dessa forma, precisamos garantir o acesso dos sujeitos da política a seus direitos sociais e lutar por uma educação emancipadora.

Nesta direção, a entrevistada destaca o “aumento de recursos destinados à educação e maior comunicação com a pró-reitoria” (Assistente Social - Telma, 2022) como melhorias para que a assistência estudantil proporcione o sucesso dos alunos na universidade. Com isso, é válido inferir a necessidade de aumentar os recursos destinados à educação superior, pois são essenciais para que as ações da política sejam executadas e as demandas sejam atendidas, assim contribuir efetivamente com o acesso, a permanência e a conclusão de curso de discentes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Algo que a profissional destaca também é maior comunicação com a pró-reitoria, vale destacar que em relatos informações com a profissional percebeu-se a dificuldade encontrada pela mesma em relação a diálogo e informações, pois muitas vezes os serviços eram solicitados de forma que não houvesse nenhum tipo de formação e comunicação.

Contudo, vislumbra-se que o trabalho da assistente social na política de assistência estudantil do Campus em questão é fundamental e contribui significativamente na vida acadêmica dos discentes atendidos pela assistência estudantil, pois é esse profissional que vai atuar diante das

expressões da “questão social” que afligem a vida dos acadêmicos que estão em situação de vulnerabilidade social e as ações do profissional por meio de programas governamentais vão contribuir para que os discentes permaneçam na instituição até o término do curso.

Entretanto, vale salientar que a atuação do/a assistente social na educação superior na política de assistência estudantil vai além da análise socioeconômica, apesar de ser a maior demanda do profissional que atua nessa política. Dessa forma, compreende-se que as implementações desses programas de auxílios estudantis são estratégias governamentais com intuito de possibilitar o acesso e a permanência de discentes oriundos da classe trabalhadora em universidades federais públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero ter sido compensador realizar uma pesquisa em torno do tema “A Política de Assistência Estudantil e as contribuições para o acesso e a permanência com sucesso dos alunos em vulnerabilidade social”, assim, os conhecimentos alcançados foram cruciais para refletir a respeito da política de assistência estudantil de modo geral e especificamente a realidade do Campus da UFRA no município de Tomé-Açu, desse modo, as compreensões na ótica do serviço social foram significativas para a reflexão crítica da sociedade em que vivemos.

De acordo com o objetivo do estudo e a metodologia utilizada para realizá-lo, foi possível compreender a política de educação superior no Brasil e, por meio, de um resgate histórico compreender o contexto da criação das universidades brasileiras, bem como, ressaltar a política de assistência estudantil no seu contexto histórico e social. Foi possível ver que a educação brasileira ao longo da história é marcada por contextos político, social, econômico e cultural que a sociedade vivenciou e vivencia, os quais diversas transformações ocorreram principalmente no que diz respeito a sua estrutura organizacional e sua expansão.

Ao compreender que a educação é direito de todo ser humano e dever do Estado, a realização dessa pesquisa possibilitou compreender que a educação superior no Brasil na sua historicidade é um espaço de reprodução social e de acordo com as estratégias do Estado atende a hegemonia burguesa, está inserida na vida social e no contexto dos movimentos contraditórios que se dá no processo de lutas de classes, sendo que, seu histórico perpassa por caminhos em que a classe dominante é mais beneficiada continuamente. Dessa forma, entende-se que a educação pode

ser algo que propague a lógica burguesa, mas também pode ser uma ferramenta de formação e instrumento para transformação da ordem vigente, na perspectiva de uma educação para emancipação humana, nesse contexto de hegemonia burguesa que também as universidades federais foram criadas.

O estudo elucidou que as lutas sociais contribuíram para que a classe trabalhadora usufrua de seus direitos sociais básicos como a educação, assim, a expansão das universidades no território brasileiro foram conquistas advindas de uma realidade antagônica de lutas de classes, das quais indivíduos das populações menos favorecidas pudessem ter acesso ao nível superior. Com isso, vislumbra-se um entendimento que a política de assistência estudantil no Brasil resulta do fato da desigualdade social ser alarmante na sociedade brasileira.

A questão da desigualdade social não é um fenômeno contemporâneo, mas algo que desde o período colonial até os dias atuais tem se perpetuado. Logo, a política de assistência estudantil está vinculada a desenvolver seu objetivo como ferramenta para que o indivíduo tenha o direito a educação de forma igualitária, viabilizando o acesso, a permanência e conclusão de curso, na perspectiva de inclusão social dos mais vulneráveis. Sendo assim, essa política tem um viés de política de Estado com objetivos baseados nos direitos básicos que todo ser humano deve ter e também minimizar as desigualdades sociais e a promoção da educação com condições necessárias para que os discentes permaneçam na instituição até a finalização do curso com um bom rendimento acadêmico.

Os conhecimentos teóricos e a aproximação com a realidade estudada por meio da pesquisa de campo permitiram alcançar o objetivo da pesquisa: “Analisar a política de assistência estudantil na UFRA Campus Tomé-Açu e suas relevâncias para o acesso, a permanência e o sucesso dos discentes de ensino superior”, esse movimento só foi possível com a união da interpretação dos dados e da visualização na realidade social. Dessa forma, percebeu-se as contribuições da assistência estudantil por meio PNAES para o acesso e a permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade social. Assim, inferiu-se ao analisar a referida política no Campus Universitário da UFRA em Tomé-Açu que a mesma viabiliza o acesso e a permanência de discentes vulneráveis na instituição.

Quanto a abrangência do PNAES no Campus constatou-se que ele contribui significativamente com a permanência e o sucesso dos discentes na universidade, com base na pesquisa, pode-se ressaltar que as ações e os serviços da assistência estudantil têm influenciado

positivamente no apoio aos estudantes no ensino superior. Foi constatado que os auxílios financeiros são essenciais para que o discente em situação de vulnerabilidade social possa custear algumas necessidades básicas e contribuir com condições na vida acadêmica.

Nesse sentido, apesar dos avanços positivos em relação a viabilização de apoio ao discente para sua formação superior, percebeu-se que o quantitativo de auxílios oferecidos não é o suficiente para atender a demanda e os recursos financeiros disponíveis para a instituição são insuficientes para atender todos os estudantes que se enquadram nos critérios estabelecidos pelo programa e vivenciam situações de vulnerabilidade socioeconômica.

A pesquisa revelou o importante papel do profissional de serviço social para executar a política nas universidades federais brasileiras, pois é este profissional que faz o estudo socioeconômico das demandas para a concessão dos auxílios. Sendo assim, no campus de Tomé-Açu elucidou-se a assistente social como fundamental para o processo de concessão de auxílios aos estudantes, apesar dos entraves no seu campo de atuação, a mesma presta os serviços socioassistenciais na análise dos critérios utilizados pelo PNAES que permite a viabilização dos benefícios financeiros. Dessa forma, o serviço social articula estratégias na sua atuação para atender as demandas possibilitando condições de acesso, permanência na educação superior de discentes advindos da classe trabalhadora.

Portanto, a pesquisa revelou que o serviço social na área da educação é muito importante, dando ênfase na instituição UFRA Campus Tomé-Açu a ação do profissional de serviço social estão presente nas ações referentes a assistência estudantil. Dessa forma, o estudo mostrou que a assistência estudantil é essencial para a efetivação do direito dos indivíduos da classe trabalhadora os menos favorecidos à permanência em instituições de ensino superior público federal, minimizando as desigualdades sociais. Visto que, a inserções desses indivíduos no ensino superior vislumbra conquistas resultantes de embates sociais.

Diante dos resultados, é válido ressaltar o serviço social na assistência estudantil, torna-se crucial para leitura e interpretação da realidade social, uma vez que, mostra desafios para trabalhar a complexidade que existe no espaço educacional sustentada pelos princípios dos direitos sociais, pois as problemáticas que pressionam os espaços educacionais precisam ser compreendidos e solucionados em uma perspectiva de totalidade e reflexões críticas pautadas na teoria marxista, com a finalidade de garantir o acesso dos sujeitos a seus direitos sociais, direcionando para uma educação emancipadora e transformação social.

Portanto, diante da materialização do estudo destaca-se que esta pesquisa pode servir para contribuir com outros estudos no futuro e pretendeu-se, também demarcar a importância desse debate acerca do tema. Desse modo, está aberta para novas formas de entendimentos que possam colaborar com futuras discussões a respeito dessa temática.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Aline Souza. **A intervenção do assistente social na assistência estudantil.** Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Programa de pós-graduação em serviço social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.
- ARAÚJO, Patrick Campos; CUSATI, Iracema Campos. História da educação superior pública no Brasil: interiorização e expansão da Universidade Federal no submédio São Francisco (2003-2006). **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1, p.3621-3650 Jan. 2021.
- BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017. **Anais...** Mar Del Plata, Argentina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181204>. Acesso em: 18 Out. 2022.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 23 Agosto 2022
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 07 Nov. 2022.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 07 Set. 2022.
- BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf
- CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. 3 Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). Disponível em: http://www.cfess.org.br/aquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCAÇÃO.pdf Acesso em: 09 de Set. de 2022.
- CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 19 Março 2023.

CROSARA, Daniele de Melo; SILVA, Leonardo Barbosa da; OLIVEIRA, Maria de Fatima. (Org.). Trajetória de institucionalização da assistência estudantil no Brasil. In.: **A assistência estudantil em debate: análise dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional brasileiro** Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

FERNANDES, Nídia Gizelli de Oliveira. **A Política de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá/ Nídia Gizelli de Oliveira Fernandes/**. São Paulo 2012.

FERNANDES, Nídia Gizelli de Oliveira. **A Política de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá**. Orientadora: Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). USP, 2012

HASTENREITER FILHO, Horácio Nelson. A Universidade pública brasileira e o processo de desconstrução em curso. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (org.). **Cortes nos Orçamentos das Universidades Federais: significados e feitos**. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FARIAS, Daniela Gomes de. **A política nacional de assistência estudantil nas universidades públicas federais: os desafios ao trabalho profissional dos/as assistentes sociais no âmbito de programas e acessos estudantis**. Orientador Camila Potyara Pereira. Brasília. 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41724/1/2021_DanielaGomesdeFarias.pdf. Acesso em: 12 de set. 2022.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Coordenação: ANDIFES. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012 Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf Acesso em: 26 Out 2022.

FONAPRACE. **Subsídios para atuação do(a) assistente social na análise socioeconômica no âmbito da Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior**. Goiânia: FONAPRACE, ANDIFES, Cegraf UFG, 2021. 90 p. Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/154>. Acesso em: 18 mar. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. (Série Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Izabel Cristina Colares. **O processo de criação de uma Universidade para a Amazônia: os bastidores da construção da UFOPA**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2011. Disponível em:

<https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2011/IZABEL%20DISSERT%20FINAL%20PDF.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. 249 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Orientadora: Ana Lúcia Suarez Maciel. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/5137>. Acesso em 10 nov 2022.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 73-82, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, Ensino e Formação Profissional em Marx e Engels. In.: LOMBARDI, Jose Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates Contemporâneos**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e reprodução social: a perspectiva da escrita marxista**. São Paulo: Instituto Luckács, 2017.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil. In.: FONAPRACE : **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.

MENEZES NETO, Antônio Cosme. **Relatório técnico: Pesquisa de demanda para assistência estudantil da UFRA 2022**. Belém: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), 2022. Disponível em: https://proaes.ufra.edu.br/images/RELATRIO_PESQUISA_DE_DEMANDA_2022_PROAES_Final.pdf. Acesso em: 08 jan 2023.

MOREIRA, Ivana Aparecida Weissbach; BAVARESCO, Thiane Cristina, SILVA, Vilmar. Reflexões sobre o acesso e a permanência na Educação Superior Pública Federal. In.: MOREIRA, Ivana Aparecida Weissbach; SENHORAS, Elói Martins (organizadores). **Assistência Estudantil no Ensino Superior**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 175 p

NASCIMENTO, Ivanna Silva; SILVA, Lélia Suzane Machado da. Serviço Social na educação superior: análise do perfil socioeconômico dos estudantes quilombolas assistidos pelo Programa Bolsa Permanência no Campus UFRA Tomé-Açu. **ANAIS SINESPP**, 3. 2020. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP. Universidade Federal do Piauí UFPI. Disponível em: <https://online.pubhtml5.com/mbml/xukg/#p=238>. Acesso em: 15 fev. 2023.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. In: MARTINS, Carlos Benedito; VIEIRA, Maria Manuel (Org.). **Educação superior e os desafios no novo século**: contextos e diálogos Brasil-Portugal. Brasília: Editora UnB, 2018. 498 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acesso em: 10 Jun 2023.

PAULA, Priscila Linhares Brasil de et al. A política de educação superior no Brasil: impasses para efetivação da assistência estudantil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS(ES) EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 16., 2018, Vitória-ES. **Anais [...]**. Vitória: ABEPSS, 2018.

REIS, Renan Nascimento. A Universidade Federal do Pará em tempos de ditadura: memória da criação, modernização e resistência (1957-1973). **Revista Espacialidades [online]**, 2019.1, v. 15, n. 1. Disponível em: file:///C:/Users/Escola/Downloads/DOSSIE_A5%20(2).pdf> Acesso 13 Dez. 2022.

ROSE, Renata Alvarez; TUDE, João Martins. **Cortes nos orçamentos das universidades federais significados e efeitos**. Salvador: EAUFBFA, 2021.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em 18 out 2022.

SANTOS, Valéria Pôrto dos. **A dinâmica do sistema agroextrativista do quilombo Pau D'arco e Parateca – Malhada/BA: apontamentos para a gestão territorial e a sustentabilidade**. 2019. 128 f. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Departamento de Antropologia, Faculdade de Educação, Faculdade UnB Planaltina, Instituto de Ciências Sociais, 2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37848>. Acesso em: 19 março 2023.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico crítica e os desafios da sociedade de classes. In.: LOMBARDI, José Claudinei ; SAVIANI, Dermeval (org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados; c2005.

BRASIL. **Constituição**: 1988. Brasília: Senado Federal, 1997. 310 p. Disponível em: <http://www.saude.am.gov.br/planeja/doc/constituicaofederalde88.pdf>. Acesso 23 out 2022.

SENGER, Amália; DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. O programa auxilio estudantil no fortalecimento da permanência no ensino superior. In.: MOREIRA, Ivana Aparecida Weissbach; SENHORAS, Elói Martins (organizadores). **Assistência Estudantil no Ensino Superior**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 175 p

SILVA, Adão Rogério Xavier; CARVALHO, Mark Clark Assen de. Demarcações históricas sobre a política de assistência estudantil no brasil. In.: **Revista Exitus**, Santarém/PA, v.10, p. 01-26, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343249884_Demarcacoes_historicas_sobre_a_politica_de_assistencia_estudantil_no_Brasil. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e; BARBOSA, Maria José de Souza. Política de Assistência Estudantil como direito de permanecer na Universidade Pública. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16. 2018. **Anais...** Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22127>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). **A Educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002. 304 p. (Biblioteca Anísio Teixeira. Estudos).

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. **Na travessia: assistência estudantil da educação profissional: as interfaces das políticas de assistência social e educação**. Orientadora: Potyara Amazoneida Pereira Pereira. Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23610/1/2017_JacquelineDomienseAlmeidadeSouza. Pdf. Acesso em: 03 jan. 2023.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFRA. SAEST (Superintendencia de Assistencia Estudantil). **Institucional sobre a SAEST**. Disponível em: <https://www.saest.ufpa.br/portal/index.php/sobre-a-saest>. Acesso em: 08 jan. 2023.

UFRA. SAEST (Superintendencia De Assistencia Estudantil). **Relatório anual de atividades exercício 2021**. Disponível em: <https://www.saest.ufpa.br/documentos/relatorio/rel.2021.pdf>. Acesso em 08 jan. 2023

UFRA. **Resolução nº. 500, de 02 de dezembro de 2022**. CONSAD (Conselho Superior de Administração). Disponível em: https://proaes.ufra.edu.br/images/resoluo_n_500_de_02_de_dezembro_de_2022.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

UFRA. **Relatorio de Gestão da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis 2021**. Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém, 2022. Disponível em: https://proaes.ufra.edu.br/images/RELATRIO_DE_GESTO_DA_PROAES-2021-_13052022.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA). **PROGES** (Pró-Reitoria de Gestão Estudantil) 2022. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/proges/quem-somos-1/>. Acesso em 08 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **UFPA em números 2022**. Disponível em: <https://ufpanumeros.ufpa.br/index.php>. Acesso em: 13 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA. Disponível em: https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid . Acesso em: 02 jan. 2023.

UNIFESSPA. **Histórico**. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/historico>. Acesso em: 02 jan. 2023.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Assistência estudantil: uma breve análise histórica. In.: FONAPRACE: **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

APENDICE A- FORMULÁRIO DISPONIBILIZADO AOS DISCENTES PREZADO (A)
ACADÊMICO (A)

Esse formulário tem o objetivo levantar dados de como os auxílios da Política de Assistência Estudantil contribui para a permanência e o sucesso dos discentes em situação de vulnerabilidade social. Com isso, coletará dados dos estudantes da Universidade Federal Rural da Amazônia – Campus Tomé-Açu/PA. Sua participação é muito importante para coleta de dados e para a construção de conhecimentos a respeito da Política de Assistência Estudantil. Asseguramos o anonimato das respostas.

1- Nome:

2- Curso:

3- Matrícula:

4- Período do curso:

5- Onde reside:

6- Qual sua faixa etária de Idade?

() Até 20 anos () De 20 à 24 anos () De 25 à 29 anos () Mais de 30 anos

7- Qual seu gênero?

() Feminino () Masculino () Outros

8- Município de origem?

9- Qual cor você se autodeclara?

() Amarela () Preta () Parda () Branca

10- Você é de comunidade tradicionais?

() Não () Sim

11- Se a resposta for sim, qual comunidade tradicional?

() Ribeirinho () Quilombola () Extrativistas () Indígena () Pescadores

12- Você é pessoa com deficiência?

Sim () Não ()

13- Atualmente você reside com quem?

() sozinho () com familiares () com amigos

14- Qual sua renda familiar?

() sem renda () menos de um salário mínimo () mais de um salário mínimo () mais de dois salários

15- Você ou algum membro de sua família são beneficiários de programas sociais, auxílio Brasil, BPC, etc? () Não () Sim, Qual? _____

16- Qual forma de ingresso na universidade?

() Processo seletivo normal

() Processo seletivo especial

17- Qual sua categoria de ingresso no curso de graduação da UFRA Campus Tomé-Açu? ()

Ampla concorrência

() Pessoa com deficiência () Cotas escola pública () Cotas escola pública e cota cor

18- Você conhece os serviços da Política de Assistência Estudantil do Campus de Tomé Açu?

Não () Sim ()

19- Quais ações você conhece da assistência estudantil?

() Auxílio transporte () Atendimento social e/ou psicológico () Auxílio moradia

() Auxílio pedagógico () Auxílio creche () Auxílio Esporte () Ajuda de custo para participação em eventos

20- Você já foi contemplado com alguma ação da assistência estudantil?

() Auxílio transporte () Atendimento social e/ou psicológico () Auxílio moradia
() Auxílio pedagógico () Auxílio creche () Auxílio Esporte () Ajuda de custo para participação em eventos

21- Como você utiliza os recursos recebidos da assistência estudantil? Exclusivamente com as necessidades da UFRA

() Custeia algumas despesas da família () Despesas com aluguel e alimentação () Passagens
() Internet () Livros () Outros, especifique _____

22- Na sua opinião, as ações da Política de Assistência Estudantil contribuem com sua formação acadêmica?

() Não () Se sim, quais e por quê? _____

23- Quais os entraves na sua vida acadêmica que cria dificuldades para sua permanência no curso?

() Falta de recursos financeiros () Relação interpessoal () Trabalho () Distância

24- Qual o seu coeficiente de rendimento antes e após ser inserido na política de assistência estudantil.

25 Atualmente está participando de algum projeto de apoio ao ensino, à pesquisa ou à extensão?

26 O seu percurso acadêmico de disciplinas está coerente com a grade curricular do seu curso?

27 Qual sua frequência de participação em eventos, cursos ou oficinas após ser contemplado pelas ações da política de assistência estudantil?

28- Compreende-se que a Assistência Estudantil é uma política na área da educação com o objetivo de democratizar as condições de permanência de jovens no ensino superior federal, minimizar as desigualdades sociais e disponibilizar recursos necessários para superar os desafios que comprometem o desempenho acadêmico do discente. Com isso, utilize o espaço abaixo para escrever como a assistência estudantil contribuiu para que você pudesse permanecer no curso.

29- Qual a sua sugestão de apoio que a Universidade pode dar ao estudante além dos que já estão previstos na Política de Assistência Estudantil?

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DISPONIBILIZADO À PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Esse formulário tem o objetivo levantar dados sobre a importância do importante o profissional de serviço social na Política de Assistência Estudantil e como se dá a sua atuação. Com isso, pretende coletar informações a partir da perspectiva da profissional que atua na assistência estudantil da Universidade Federal Rural da Amazônia – Campus Tomé-Açu/PA. Sua participação é muito importante para coleta de dados e para a construção de conhecimentos a respeito da Política de Assistência Estudantil. Asseguramos o anonimato das respostas.

Identificação Nome:

Email:

Profissão:

Instituição que atua:

Política de atuação:

- 1- Para você o que é a assistência estudantil??
- 2- Qual a função do serviço social na política de assistência estudantil?
- 3- Como se dá seu trabalho na assistência estudantil do campus? Quais são as principais demandas e ações?
- 4- Na sua opinião os auxílios estudantis tem contribuído para a permanência dos discentes até a conclusão do curso?
- 5- Os auxílios tem conseguido contemplar a demanda? Por quê?
- 6- Quais as principais dificuldades que você encontra para executar seu trabalho de assistente social na política de assistência estudantil?
- 7- O que poderia melhorar a assistência estudantil para proporcionar o sucesso dos alunos na universidade?

APENDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO (TCLE)

(Disponibilizado para os discentes e para a profissional de serviço social)

PESQUISA: A política de assistência estudantil na UFRA-Campus Tomé-Açu/PA: um estudo sobre as contribuições para o acesso e a permanência com sucesso dos alunos em vulnerabilidade social.

As informações contidas nesta folha, fornecidas por LÉLIA SUZANE MACHADO DA SILVA SALES têm por objetivo firmar acordo escrito com o(a) voluntária(o) para participação da pesquisa acima referida, autorizando sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos a que ela(e) será submetida(o).

- 1) Natureza da pesquisa: Esta pesquisa tem como finalidades: Analisar a política de assistência estudantil na UFRA- Campus Tome Açu e suas relevâncias para o acesso, a permanência e o sucesso dos discentes de ensino superior.
- 2) Participantes da pesquisa: Discentes que recebem auxílios da assistência estudantil do Campus UFRA Tomé-Açu/PA e a Profissional de Serviço Social.
- 3) Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você contribuirá levantamento de dados de como os auxílios do programa de assistência estudantil contribui para o sucesso e a diplomação dos discentes em situação de vulnerabilidade social. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do coordenador do projeto e, se necessário, por meio do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
- 4) Sobre as coletas: As coletas serão obtidas por meu dos dados coletados via formulário online pela plataforma *google forms*
- 5) Protocolo experimental: O protocolo experimental será desenvolvido uma análise e interpretação dos dados com a intenção de evidenciar e compreender a problemática inicial. Nessa direção, ao final da pesquisa será utilizado o método de análise do discurso para evidenciar os resultados e as discussões.

- 6) Riscos e desconforto: Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF.
- 7) Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados da(o) voluntária(o) serão identificados com um código, e não com o nome. Apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados, assegurando assim sua privacidade.
- 8) Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações importantes que deve acrescentar elementos importantes à literatura, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.
- 9) Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa, bem como nada será pago pela participação.
- 10) Liberdade de recusar ou retirar o consentimento: Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem penalizastes.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa.

Eu, após a leitura e compreensão destas informações, entendo que a participação dessa pesquisa, sob minha responsabilidade, é voluntária, e que ele(a) pode sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Tomé-Açu/ PA

Pesquisador (a): LÉLIA SUZANE MACHADO DA SILVA SALES

Curso: SERVIÇO SOCIAL TURMA 2017 – UFPA CAMPUS MARAJÓ BREVES

E-mail: leliasuzane15@gmail.com

Telefone: (91) 996254272